



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO-
IFRJ**

RESOLUÇÃO Nº 31 DE 24 DE OUTUBRO DE 2018.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR E REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO – IFRJ, nomeado em 07 de maio de 2018, nos termos do Decreto Presidencial de 19 de abril de 2018, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e, tendo em vista as deliberações da reunião ordinária do Conselho Superior de 24 de outubro de 2018,

R E S O L V E:

1 - **Aprovar** a oferta e Projeto Pedagógico do **Curso de Especialização *lato sensu* em Gestão de Projetos Ambientais** no *Campus* Niterói do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ, conforme anexo a esta Resolução;

2 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.


RAFAEL BARRETO ALMADA
Presidente



INSTITUTO FEDERAL

Rio de Janeiro
Campus Niterói

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ
Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu*

Anexo à Resolução nº 31 de 24 de outubro de 2018.

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE PROJETOS
AMBIENTAIS**

Niterói - RJ
2018

Reitor

Rafael Barreto Almada

Pró-Reitora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

Alessandra Ciambarella Paulon

Pró-Reitora de Extensão

Cristiane Henriques de Oliveira

Pró-Reitor de Planejamento e Administração

Igor da Silva Valpassos

Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

Rodney César de Albuquerque

**Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional, Valorização de Pessoas e
Sustentabilidade**

José Arimathéa Oliveira

Diretor Geral Campus Niterói

Eudes Pereira de Souza Junior

Diretor de Ensino

José Marcelo Velloso de Oliveira

Diretor de Administração

Alberto de Luca

Comissão de Elaboração do Projeto

André Souza Brito

Andréa Rizzotto Falcão

Andreia Maria da Anunciação Gomes

Etiane Araldi

Leandro da Silva Guimarães

Ligia Scarpa Bensadon

Mariana Spacek Alvim

Pedro Henrique de Almeida Silva

Raphaela Reis Conceição Castro Silva

Samuel Max Gabbay

Tauan Nunes Maia

RESUMO DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

O Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão de Projetos Ambientais busca capacitar profissionais, atuantes nos mais diversos âmbitos organizacionais, públicos e privados, para a identificação da problemática ambiental contemporânea de forma abrangente e contextualizada, bem como qualificá-los para a elaboração, proposição e implementação de projetos relativos ao uso e à conservação do meio ambiente. Para isso, a formação proposta trabalha com a multidisciplinaridade, envolvendo dois eixos tecnológicos do *Campus* Niterói – Gestão e Negócios e Ambiente e Saúde - e parte da compreensão sobre a complexidade das problemáticas socioambientais e territoriais, além de desenvolver competências para o trabalho na gestão de projetos, gestão participativa e metodologia de pesquisa. São desenvolvidos, também, arcabouços teórico-práticos sobre temas como: ciência, tecnologia, ética, educação ambiental, ecologia, conservação ambiental, legislação ambiental, tecnologias sociais, economia solidária e agroecologia. A proposição do curso presencial visa, assim, atender à crescente demanda pela formação destes profissionais, tanto por parte dos agentes da cidade de Niterói - atuantes em órgãos públicos e da sociedade civil organizada -, sinalizada nas pesquisas realizadas pelos servidores do IFRJ *Campus* Niterói, quanto pelos desafios contemporâneos no âmbito local e internacional.

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	6
1.1 Nome do curso	6
1.2 Áreas do conhecimento no CNPq	6
2 JUSTIFICATIVA	6
2.1 Metodologia de avaliação da área	6
2.2 Avaliação de demanda	7
2.2.1 Impacto científico e socioeconômico	7
2.2.2 Demanda de mercado no cenário local	13
3 HISTÓRICO	21
4 OBJETIVOS	26
4.1 Objetivo geral	23
4.2 Objetivos específicos	23
5 INFORMAÇÕES DO CURSO	27
5.1 Concepção do curso e regulamentação do curso	27
5.2. Coordenação do curso	28
5.3. Local do curso	28
5.4 Carga-horária	28
5.5 Público-alvo	28
5.6 Processo seletivo e periodicidade	29
5.7 Condições de matrícula	29
5.8 Sistema de Avaliação e Certificação	30
5.9 Trabalho de Conclusão de Curso	30
5.10 Indicação do tipo de trabalho, formação de banca examinadora e demais requisitos para certificação	30
5.11 Indicadores fixados para avaliação global do curso de pós-graduação	32
6 INFRAESTRUTURA DO <i>CAMPUS</i>	32
6.1 Tabela com características do Laboratório de Informática	32
6.2 Sala de Aula	33
7 LINHAS E PROJETOS DE PESQUISA	33
7.1 Linhas de pesquisa	33

7.2 Projetos de pesquisa	34
8 CORPO DOCENTE	35
8.1 Tabela com nome, formação, CPF, RG e SIAPE	35
8.2 Currículo resumido dos professores e link para o lattes atualizado	36
9 MATRIZ CURRICULAR	40
9.1 Itinerário de formação	40
9.2 Ementas das disciplinas	41
BIBLIOGRAFIA	68
ANEXOS	70

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE SERVIÇOS

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.1. Nome do curso

Especialização em Gestão de Projetos Ambientais.

1.2. Área de conhecimento

6.02.03.00-5 Administração de Setores Específicos.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 Metodologia de avaliação da área

A presente proposta teve início em outubro de 2017 com os encontros e estudos de um grupo de professores e técnicos do *Campus* do IFRJ-Niterói, sensibilizados com a relevância das questões ambientais na contemporaneidade. O Grupo de Trabalho (GT) em Meio Ambiente foi formalizado através da Portaria nº 5, de 22 de março de 2018. A proposta de criação da Pós-Graduação em Gestão de Projetos Ambientais visa a preparar profissionais para trabalhar com a problemática ambiental de forma abrangente e contextualizada.

Para elaboração desta proposta, foram considerados, inicialmente, os dados das pesquisas realizadas pelos servidores e sistematizadas no relatório do Projeto de Implantação do *Campus* Niterói (PIC), elaborado entre novembro de 2016 e junho de 2017. Essas pesquisas visavam qualificar a escolha dos futuros cursos oferecidos pelo *Campus*. O documento traz ainda dados sobre a localização do município de Niterói, obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), e sistematiza uma reflexão sobre a necessidade global de preservação do ambiente e desenvolvimento da consciência ambiental respaldadas na

legislação vigente no país e em outras instituições internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Organização Mundial da Saúde (OMS). Também foram mapeados os cursos de pós-graduação *lato sensu* em meio ambiente e similares ofertados na região, reunindo custo, duração e quantitativo de turmas formadas. Esse levantamento contribuiu para a compreensão da oferta já existente, orientando a elaboração de uma proposta voltada para profissionais de diferentes setores, público e privado, que pretendem atuar de forma direta ou indireta na área de Tecnologias Ambientais, com ênfase na gestão de projetos.

A área de meio ambiente é vista hoje como setor estratégico nas políticas de desenvolvimento sustentável e geração de renda. Em função de seu caráter interdisciplinar, a área é pólo aglutinador de diferentes agentes e instituições, potencializando e integrando o conhecimento gerado em diversos campos disciplinares, em especial aqueles ligados à gestão e à tecnologia. Por suas características, e escala dos impactos, as questões ambientais se tornaram imperativas no contexto atual, especialmente nas duas últimas décadas. Além disso, a importância de atuação na área tem respaldo legal com a criação de uma série de instrumentos normativos tanto na esfera local como internacional.

2.2 Avaliação de demanda

2.2.1 Impacto científico e socioeconômico

O município de Niterói está situado na porção leste da Baía de Guanabara, entre as serras do Malheiro, Calaboca e Tiririca. Possui uma diversidade de ambientes naturais e ecossistemas como, por exemplo, florestas, manguezais, campos inundáveis e restingas, muitos dos quais encontram-se sob pressão do crescimento urbano, especialmente após a construção da ponte Rio-Niterói nos anos 1970. O seu território congrega uma diversidade social e econômica significativa, contendo comunidades tradicionais, espaços culturais, centros de pesquisa e produção acadêmica, parque industrial petrolífero e portuário.

De acordo com o IBGE (2018), em 2016, Niterói contava com 18.919 empresas, com 200.638 pessoas ocupadas com remuneração média de 3,0 salários mínimos *per capita*, gerando um total de 176.561.440 em salários e remunerações. O grande destaque para o Produto Interno Bruto (PIB) de Niterói é o setor de serviços, concentrador de grande parte da mão de obra local, seguido da indústria. Segundo o Relatório Anual de

Informações Sociais 2010 do Ministério do Trabalho e emprego (RAIS/MTE), Niterói é a segunda cidade em número de empregos formais do Rio de Janeiro, superada apenas pela capital do estado. Ainda, de acordo com o documento, a cidade possui 1.844 estabelecimentos industriais e 13.125 estabelecimentos do setor de serviços.

Há, em Niterói, grande potencial para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao meio ambiente. A presença de parques, reservas naturais, extensa linha costeira, com praias de reconhecida beleza, além da existência de 20% de áreas florestais no município são indicativos das possibilidades de se trabalhar, por exemplo, o ecoturismo, o turismo comunitário e a agricultura urbana.

Somado a isso, Niterói também possui amplo conjunto arquitetônico de prédios, monumentos históricos e espaços culturais que ampliam o potencial de visitação à cidade, além da histórica atividade de pesca artesanal e industrial responsável por abastecer parte do mercado da cidade do Rio de Janeiro. Assim, as características territoriais e ambientais que a cidade possui favorecem o desenvolvimento de uma diversidade de atividades sociais e econômicas sustentáveis, bem como a oferta educacional que contribua com essa perspectiva.

Além do exposto, há que se considerar os instrumentos normativos e legais fundamentais voltados para a área ambiental. Desde os anos 1960, um conjunto significativo de leis federais vêm sendo produzidas na esteira das preocupações com relação à necessidade de se proteger os chamados “recursos naturais renováveis” (BRAGA, *et. al.* 2005). De acordo com o trabalho citado, no contexto do regime militar, vem à luz o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30.11.1964, posteriormente alterada pela Lei nº 6.476/79), o Código Florestal (Lei nº 4.771, de 15.9.65, alterada pela Lei nº 7.803/89, já no período pós-Constituição de 1988), o Código de Pesca (Decreto-lei nº 221, de 28.02.67), o Código de Mineração (Decreto-lei nº 227, de 29.02.67, regulamentado em 02.07.68 pelo Decreto nº 62.934) e a Lei de Proteção à Fauna (Lei nº 5.197, de 03.01.67).

A despeito das críticas que se possa tecer a essa legislação, especialmente pelo viés autoritário do regime em que foi elaborada, há que se reconhecer que a problemática ambiental já não era mais ignorada pelo Estado brasileiro. Entre o início dos anos 1980 e os anos 1990, amplia-se a legislação pertinente aos problemas ambientais. Em 27 de abril de 1981, a Lei nº 6.902 definiu as diretrizes para criação de estações ecológicas e áreas de proteção ambiental. Trata-se de iniciativa que em certo sentido repercutia preocupações

externas levantadas desde a Primeira Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Estocolmo (Suécia), em 1972. Essa lei de 1981 só foi regulamentada em junho de 1990, através do Decreto nº 99.274 (BRAGA, *et. al.* 2005).

Dentro desse intervalo acima mencionado, foi elaborada a Política Nacional do Meio Ambiente (através da Lei Federal nº6.938 de 31.08.1981), estabelecendo o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), a criação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), além de reconhecer a legitimidade do Ministério Público na proposição de ações de responsabilidade civil e criminal por crimes ambientais.

Apesar de alguns avanços históricos em termos de legislação, casos recorrentes nos dias atuais de crimes ambientais perpetrados especialmente por siderúrgicas e mineradoras sinalizam para a realidade de que os problemas brasileiros nesse quesito não se resolvem apenas com a elaboração de leis de proteção ao meio ambiente. Há que se discutir - e isso está presente no curso de especialização aqui proposto - a natureza, as dinâmicas e os limites do atual modo de produção, de circulação e de consumo no que concerne aos impactos de ordem socioambiental. As complexas relações entre Estado, capital privado nacional e estrangeiro, e a sociedade civil organizada que ensejam as dificuldades ou mesmo a inviabilização do cumprimento da legislação de proteção ambiental também devem ser investigadas. Em função disso, urge, além de outras iniciativas, a implementação de uma educação ambiental crítica, interdisciplinar e contextualizada para contribuir com os esforços de construção de uma sociedade sustentável.

Convém ainda destacar a Constituição da República Federativa do Brasil (CF), especialmente o artigo 225, que contém a declaração de que “todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. De modo específico, tal artigo postula ainda em seu inciso VI, uma incumbência ao poder público, de modo a assegurar a efetividade desse direito, qual seja a de “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

Outro instrumento normativo para o cumprimento das determinações constitucionais acima elencadas é a lei 9.795/99, a qual dispõe sobre educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Nesta lei, fica explícita a obrigação de se ofertar educação ambiental em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em

caráter formal e não formal, posto que se trata de um componente essencial e permanente da educação nacional (artigo 3º). Além dessa, há uma gama de leis ambientais importantes como a Lei dos Crimes Ambientais – Número 9.605 de 12/02/1998, a Lei de Recursos Hídricos – Número 9.433 de 08/01/1997, o Código Florestal – Lei Número 12.651 de 25/05/2012, a Lei do Parcelamento do Solo Urbano – Número 6.766 de 19/12/1979, a Política Nacional de Resíduos Sólidos Lei nº 12.305/2010, Programa Nacional de Educação e Controle da Poluição Sonora (Programa Silêncio) - Resolução Conama nº 02, de 08/03/1990.

Além da dimensão normativa, trata-se de uma recomendação do Estado brasileiro melhorar a imagem do país em relação à biodiversidade. Desse modo, os recursos naturais de que dispõe o país são decisivos no plano econômico.

Até o final dos anos 1980, a gestão ambiental era considerada agregadora de custos para as empresas, já que seu propósito era descartar o mais rápida e economicamente os resíduos, de modo a atender os requisitos legais, fixados unilateralmente por organismos governamentais distanciados da realidade tecnológica e econômica das empresas. Naquele contexto, o perfil do profissional ambiental era, portanto, eminentemente técnico e orientado apenas a soluções dos problemas no final do processo (efluentes, emissões e resíduos sólidos), resultantes dos processos industriais. Na maioria das vezes, não se verificava o seu envolvimento com o processo gerador dos mesmos, isto é, não havia o mínimo conhecimento das causas de sua geração. Cabia ao profissional apenas resolver o problema, viabilizando simultânea e unilateralmente a redução dos custos de tratamento e disposição (CAMARGO; CAPOBIANCO; OLIVEIRA, 2004).

A partir do estabelecimento dos princípios da qualidade total e do surgimento da série de normas internacionais ISO 9000, o conceito de defeito e de re-trabalho foram incorporados à linguagem das empresas. De lá para cá, o conceito de defeito foi gradualmente sendo associado à poluição e o de tratamento e disposição final dos resíduos ao conceito de re-trabalho. No tocante à questão da prevenção à poluição e conservação dos recursos naturais, é a partir da criação das normas da série ISO 14000, em 1996, que a preocupação com a gestão ambiental de setores do empresariado em todo o mundo aumenta, inclusive no Brasil. Trata-se de um conjunto de diretrizes, instruções e exigências estabelecidas pela *International Organization for Standardization* (ISO) para serem cumpridas pelas empresas que desejam a certificação com o ISO 14001 (PERES, *et. al.*, 2010). Com base nesse contexto, desenvolvem-se o conceito e a prática de produção mais

limpa ou prevenção da poluição como forma de reduzir os resíduos na fonte.

A ênfase da gestão ambiental na prevenção da poluição ou produção mais limpa trouxe consigo as seguintes mudanças: da apatia para a preocupação do grande público, do interesse local para o interesse global, do tratamento final para a prevenção da poluição, do isolamento para o envolvimento da alta administração, da conformidade legal para a melhoria contínua, dos custos ambientais para a vantagem competitiva, das relações antagônicas entre indústria e governo para a cooperação e participação. Essa nova postura pressupõe um novo perfil profissional. Ao mesmo tempo, esses recursos humanos assistirão as esferas pública e privada, valendo-se de política de prevenção à poluição, contribuição para a redução dos resíduos, como prioridade máxima de gestão ambiental, aliada à melhoria do desempenho ambiental, à maior produtividade e à melhor qualidade de vida. Dessa maneira, a área do meio ambiente tem uma interface com diversos setores do mercado de trabalho, pois se trata da preservação do ambiente e dos recursos naturais, da prevenção à poluição e dos impactos gerados pelas atividades humanas.

Em virtude dos inúmeros problemas que afetam hoje o ambiente, do desequilíbrio ocasionado pelas ações antrópicas e da perspectiva de um possível colapso (MARQUES, 2016), em vários níveis, faz-se urgente a discussão dessa temática e também a capacitação de pessoas para lidar com tais desafios do tempo presente. É nesse contexto mais amplo que se insere a proposta de um curso de formação de sujeitos para realizar tanto o reconhecimento dos problemas quanto a proposição de soluções ambientais qualificadas. Trata-se de curso direcionado a um público variado que tenha interesse na temática ambiental e, mais especificamente, na área de gestão de projetos referentes ao meio ambiente.

Ressalte-se que as empresas tanto públicas como privadas encontram-se hoje pressionadas, pois o mercado tem exigido cada vez mais que elas estejam aptas para atender exigências prescritas por uma série de dispositivos legais tais como: a Declaração Anual de Uso de Recursos Hídricos – DAURH; o Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – RAPP; o Cadastro Nacional de Operação de Resíduos Perigosos – CNORP; o Relatório do Protocolo de Montreal; a apresentação do Ato Declaratório Ambiental - ADA; o Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa; as Licenças Ambientais; o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais; a Outorga de recursos hídricos; o Cadri (Certificado de Movimentação de Resíduos de Interesse

Ambiental); o Documento de Origem Florestal – DOF; as Licenças ou Alvarás e Certificados de Vistoria da Polícia Civil; o Certificado de Licença de Funcionamento da Polícia Federal; o Certificado de Registro Exército a Autorização Ambiental para Transporte de Produtos Perigosos do Ibama; a Declaração de Atendimento das exigências sobre tratamento e disposição dos resíduos de serviço de saúde; a Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, dentre outros. Além disso vale lembrar que atender a esta legislação é condição para que os municípios tenham acesso aos recursos da União, ou por ela controlados (BRAGA, *et. al.*, 2005).

Podemos mencionar também uma série de demandas decorrentes da Política Nacional de Tratamento de Resíduos Sólidos em ambientes públicos e privados, como lixo e esgoto residencial, comercial e industrial, especialmente em áreas como as da saúde, construção civil, agrossilvopastoris, serviços de transportes e mineração. Todos estes compromissos e exigências legais por certificação geram demanda de profissionais qualificados para atuar no mercado de trabalho em empresas e iniciativas dos setores públicos e privados.

De acordo com o SEBRAE caberá aos jovens empreendedores brasileiros a internalização das premissas da economia verde para que o Brasil possa assumir a vanguarda do crescimento econômico. Como apontado em estudo realizado pela instituição espera-se até 2050 investimento privados no setor na ordem de 1,3 trilhões de dólares na produção sustentável. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a economia verde será responsável pela criação de 60 milhões de empregos até 2030 tornando esse setor um dos mais promissores nos próximos anos. Segundo aponta a OIT o Brasil já possui mais de 3 milhões de empregos relacionados a produtos e serviços ambientais.

Segundo a publicação “Fontes de financiamento para educação ambiental” (BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2017), o setor conta ainda com diversos fundos e fontes de financiamento para projetos voltados para questão ambiental perfazendo, aproximadamente, 40 bilhões de reais. A consulta preliminar que fizemos a esta publicação do Ministério do Meio Ambiente apontou ainda a existência de 34 Fundos Internacionais, 15 Fundos Nacionais, 01 Fundo do Estado do RJ, 14 Fundos Privados e de Fundações, 09 Fundos públicos dentre os quais o FUNBIO, 11 Empresas Investidoras e 9 Organismos Internacionais de investidores.

Conforme o documento citado, o principal entrave para a captação de recursos para

aplicação em projetos é a baixa qualificação dos projetos para cumprir as exigências técnicas estipuladas por essas instituições e fundos de financiamento. Foi com o intuito de reverter esta situação que o MMA elaborou, em 2017, o trabalho acima citado. E é exatamente nessa perspectiva de qualificação de projetos que o curso aqui proposto também pode oferecer sua contribuição.

Assim, observamos que o mercado de trabalho para profissionais qualificados no setor tem se expandido: há possibilidades de atuar em iniciativas de empresas públicas e privadas, em especial nos setores de serviços, industrial, em prefeituras, órgãos públicos e autarquias, empreendimentos relacionados ao turismo, tais como: lazer, alimentação, hospedagem etc. bem como empresas de tecnologia e inovação; empresas de gestão de resíduos sólidos e saneamento; cooperativas e projetos sociais.

Por essas razões, faz-se fundamental a criação de um curso de pós-graduação *lato sensu* que ofereça formação em tecnologias ambientais com ênfase na elaboração, implantação e gerenciamento de projetos no *Campus* Niterói.

2.2.2 Demanda de mercado no cenário local

A identificação e análise da demanda de mercado para oferta deste curso no município de Niterói foi feita pelo GT em Meio Ambiente considerando diversas instâncias internas e externas, a saber:

1. Mapeamento preliminar da demanda por meio de pesquisas sistematizadas no Projeto de Implantação do *campus* Niterói (PIC);
2. Levantamento de cursos de pós-graduação em meio ambiente em outras instituições em Niterói e no Rio de Janeiro;
3. Reuniões com técnicos da Subsecretaria de Sustentabilidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Niterói;
4. Participação mensal nas reuniões do Conselho Municipal de Meio Ambiente;
5. Participação nas atividades do Fórum da 8ª Microrregião;
6. Estudo da legislação e análise da política municipal para o Meio Ambiente da cidade de Niterói;
7. Elaboração e aprovação do Curso de Formação Inicial e Continuada em Gestão de Projetos Ambientais (FIC-GPA) com mapeamento da demanda local por intermédio da análise do quantitativo de inscrições para o curso ofertado pelo

- IFRJ-Niterói e do perfil dos próprios estudantes;
8. Proposta de implantação do Grupo de Estudos Multidisciplinares em Ambiente, Saúde e Sociedade (GEMASS).

1. Mapeamento preliminar da demanda por meio de pesquisas sistematizadas no PIC:

A pesquisa feita em 2017 com aproximadamente 2.000 moradores da cidade de Niterói e região metropolitana, que deu base para a elaboração do PIC, destacou a área de Ambiente e Saúde como a segunda área de interesse para a oferta de cursos pelo *Campus*, pelos respondentes. Dentre os cursos sugeridos estava o curso técnico de Meio Ambiente. O perfil dos respondentes que preferiram esse curso revela um público heterogêneo: residente em Niterói, São Gonçalo e Rio de Janeiro, predominantemente feminino e com faixa etária variável.

Além de um questionário, durante o processo de elaboração do PIC, foram realizadas diversas reuniões com representantes de organizações públicas e privadas que atuam no município que reforçaram a expectativa de que o IFRJ-Niterói viesse a oferecer cursos relacionados à área ambiental, nestes encontros foram mencionados cursos voltados para temas como: Agricultura familiar (Agricultura), Agroecologia, Lixo e reciclagem (Reciclagem), Pesca (Processamento de pescado, Pesca), Preservação ambiental (Meio ambiente, Saneamento). Na interface da área de Meio Ambiente com a do Turismo, foram apontadas demandas relacionadas às seguintes atividades: Agente de segurança em empreendimentos turísticos e atrativos turísticos (Agenciamento de viagem), Condutores culturais e ambientais (Guia de Turismo), Gastronomia (Cozinha), Hotelaria (Hospedagem), Motoristas de transportes turísticos e Preservação patrimonial.

Assim, as pesquisas para elaboração do PIC nos permitiram observar melhor e compreender as especificidades e condições socioeconômicas das diversas localidades do município de Niterói. Através de diálogos entre representantes de órgãos públicos e da sociedade civil organizada e o corpo discente do *Campus*, identificou-se a necessidade de um curso com ênfase em temas vinculados ao desenvolvimento local sustentável, em seus variados aspectos: econômico, social, educacional, profissional e ambiental.

2. Levantamento de cursos de pós-graduação em meio ambiente em outras instituições em Niterói e no Rio de Janeiro:

O levantamento da oferta de cursos na área de meio ambiente, nos municípios de

Niterói e do Rio de Janeiro, foi realizado pelo GT em Meio Ambiente de 05 a 09 de fevereiro de 2018, e tomou como referência instituições que se destacam e possuem experiência comprovada na área. Para maior compreensão do cenário local apresenta-se, de forma sistematizada, os dados obtidos na pesquisa no quadro 1.

A análise destes dados aponta que dos cursos oferecidos na cidade do Rio de Janeiro, o promovido pela COPPE-UFRJ, criado em 1997, destaca-se como pioneiro na área, encontrando-se hoje em sua 36ª edição. Em segundo lugar, temos o curso da Universidade Veiga de Almeida, instituição particular de ensino superior, criado em 1999, contando com 40 turmas formadas. Seguindo-se a estes, temos em uma ordem cronológica o curso do LATEC da UFF, criado em 2002 e com 21 turmas concluídas. E o curso do Instituto de Economia da UFRJ, aberto em 2008, com 10 turmas concluídas. Esses dados apontam o crescimento e a demanda constante por cursos na área. A pesquisa indica ainda que, atualmente, temos apenas um curso de pós-graduação na área de meio ambiente sendo ofertado na cidade de Niterói, e, como os demais, trata-se de um curso pago.

Quadro 1. Informações referentes aos cursos de pós-graduação em meio ambiente em outras instituições em Niterói e no Rio de Janeiro.

INSTITUIÇÃO	CURSO	INFORMAÇÕES	DURAÇÃO	CUSTO
UFRJ	Meio Ambiente – COPPE	Desde 1997. 36 turmas concluídas.	360 horas	R\$ 1.583,33 (por mês)
UFRJ	Gestão Ambiental – Escola Politécnica	25 turmas concluídas.	400 horas	Em estudo
UFRJ	Economia e Gestão da Sustentabilidade – Instituto de Economia	Desde 2008. 10 turmas concluídas.	360 horas	R\$ 983,33 (por mês)
UFF	Gestão de Negócios Sustentáveis – LATEC	Desde 2002. 21 turmas concluídas.	360 horas	R\$ 1.120,00 (por mês)
Veiga de Almeida	Planejamento e Gestão Ambiental	Desde de 1999. 40 turmas concluídas.	470 horas.	R\$ 596,77 (por mês)

Desta forma, entendemos que um curso gratuito a ser oferecido por uma instituição federal como o IFRJ, tende a gerar grande procura. Além disso, motiva-nos a possibilidade de disseminar conhecimentos pertinentes à problemática ambiental e de beneficiar uma série de profissionais que não poderiam arcar com os altos custos de uma formação em nível de pós-graduação, contribuindo para a transformação social e para o incremento dos arranjos produtivos locais de viés sustentável.

3. Reuniões com técnicos da Subsecretaria de Sustentabilidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Niterói:

Como parte das atividades para estudo da viabilidade de implementação de cursos voltados para o eixo do meio ambiente no IFRJ *Campus* Niterói, iniciou-se, em outubro de 2017, uma aproximação com a Subsecretaria de Sustentabilidade, da Secretaria de Meio Ambiente, da cidade de Niterói. Neste sentido, foram realizadas reuniões com o Subsecretário de Sustentabilidade nos dias 17/10, 30/10, 31/10, 07/11 e 30/11 de 2017. Nestes encontros, discutiu-se o interesse da Prefeitura em formalizar uma parceria com o Instituto para realizar atividades conjuntas e oferecer cursos na área. Dentre estas ações, estão em estudo a participação dos docentes do IFRJ-Niterói em iniciativas tais como: Projeto de Desenvolvimento Local para região de Pendotiba e demais localidades do entorno; Projeto de Educação Ambiental para docentes e demais servidores da rede municipal; Desenvolvimento de projetos e capacitação de profissionais que atuam em empresas públicas e privadas para a implantação do Plano Municipal de Gestão de Resíduos; Projeto de implantação do turismo sustentável e de parques ambientais na cidade; Projeto para capacitação da rede de 1.660 voluntários cadastrados pela Secretaria, dentre outros.

4. Participação mensal nas reuniões do Conselho Municipal de Meio Ambiente:

Por conta da relação estabelecida com a Secretaria, o grupo foi convidado a participar das reuniões do Conselho Municipal de Meio Ambiente. Nestes encontros, houve a oportunidade de conhecer representantes de diversas instituições locais, tanto da esfera pública como da iniciativa privada e, também, membros de organizações da sociedade civil organizada que atuam pela preservação e conservação do meio ambiente no município de Niterói. Nas reuniões e conversas que desenvolvemos com estes agentes, foi apresentada a demanda urgente de projetos que possam promover a qualificação da mão-de-obra local para o desenvolvimento, implementação e gerenciamento de projetos no setor. As reuniões do Conselho nos permitiram ampliar a visão sobre os problemas ambientais e os desafios enfrentados na localidade e ainda tecer relações com instituições que atuam no setor, garantindo assim maior capilaridade para nossos projetos e ações.

5. Participação nas atividades do Fórum da 8ª Microrregião:

No final do ano de 2017, o IFRJ *Campus* Niterói participou também de duas edições do Fórum da 8ª Microrregião do município de Niterói, sediado no Instituto JCA, que reúne atores sociais de bairros situados nas adjacências do novo *Campus* com o objetivo de discutir propostas para implementação do Plano de Desenvolvimento “Niterói que queremos”. O Fórum articula representantes dos poderes Legislativo e Executivo do Município, membros de Associações de Moradores e Organizações Não Governamentais, empresários, líderes espirituais, entre outros. Nesse espaço, destacou-se a demanda por ações e projetos ambientais que beneficiem e envolvam a população da microrregião e seu entorno.

Pesquisas desenvolvidas pela Prefeitura Municipal apontam que a região apresenta os piores índices de educação no município, agravadas por questões relacionadas à infraestrutura urbana e saneamento, como o funcionamento do Aterro Sanitário do Morro do Céu, entre outros. Por outro lado, identificou-se que o território compreende grande parcela das matas preservadas do município e apresenta potencial para desenvolvimento de atividades sustentáveis ligadas ao meio ambiente, como projetos agroflorestais, de recuperação de rios, de reflorestamento, de ecoturismo, de gestão dos resíduos sólidos, entre outros. Os participantes do evento e moradores da localidade que participaram das atividades do Fórum expressaram suas expectativas de que o *Campus* do IFRJ no Sapê possa contribuir com projetos e cursos que promovam mudanças positivas na região.

6. Estudo da legislação e análise da política municipal para o Meio Ambiente da cidade de Niterói:

A legislação municipal e as diretrizes do Plano de Desenvolvimento “Niterói que queremos” apontam para o constante fomento da educação ambiental, e oferece diretrizes e determinações para a Política Ambiental do Município de Niterói. Na Lei Ordinária 1.640/1998, do município, reafirma-se a obrigatoriedade de programas de educação ambiental nas escolas municipais de Niterói, assim como já determinado na legislação federal. De maneira específica, fica determinado nessa lei municipal que a educação ambiental será incluída no currículo de diversas disciplinas das unidades escolares da rede municipal de ensino, de modo a integrar-se ao projeto pedagógico de cada instituição. Para tanto, o item III, do artigo 19, da mencionada lei, estabelece que cabe à Secretaria envolvida no Programa de Educação Ambiental fazer parcerias com universidades, entidades ambientalistas e outros órgãos ou instituições que possam contribuir para o bom

desenvolvimento da formação ambiental junto aos educadores e educandos do município, obrigação que pode estabelecer uma relação de cooperação entre o IFRJ, inclusive na proposição de cursos que sejam capazes de contemplar e oferecer formação para os docentes das escolas municipais para a implementação consistente da Política Ambiental do Município.

7. Elaboração e aprovação do Curso de Formação Inicial e Continuada em Gestão de Projetos Ambientais (FIC-GPA) com mapeamento da demanda local por intermédio da análise do quantitativo de inscrições para o curso ofertado pelo IFRJ-Niterói e do perfil dos próprios estudantes:

Como desdobramento das atividades do GT em Meio Ambiente, que começou a se reunir informalmente em setembro de 2017, foi estruturada a proposta de criação de um curso FIC (Formação Inicial e Continuada) em Gestão de Projetos Ambientais a ser ofertado pelo *Campus* do IFRJ em Niterói. O projeto foi devidamente elaborado e obteve aprovação pelo CAEx (Conselho Acadêmico das Atividades de Extensão) em fevereiro de 2018 e as inscrições foram feitas de 28/02 a 05/03 de 2018. Apesar de ter sido um período de inscrições reduzido, tivemos um total de 631 inscritos neste curto espaço de tempo. Este quantitativo expressa, de maneira clara, o enorme interesse por cursos na área de meio ambiente na cidade de Niterói e região metropolitana.

Uma primeira análise dos dados das pessoas inscritos revela um público diverso e consciente das questões ambientais. A maioria ingressou no ensino superior (65%), são do sexo feminino (66%), distribuídos entre os municípios de Niterói (44%), São Gonçalo (27%) e Rio de Janeiro (16%), com interessados também em vários outros municípios do Estado. São oriundos do ensino público (61%), com trabalhos em diversas profissões, em especial no setor de serviços, o que inclui trabalhadores de várias áreas sociais, como administrativas (assistentes, auxiliares, técnicos, secretaria, vendas etc), educativas (professores e estudantes) engenharias, biólogos, técnicos em gestão ambiental, entre outros, com diversos interessados já atuando na área ambiental, educacional e da saúde. A maior parte dos interessados estava trabalhando em diversos vínculos de trabalho e 43% estava desempregado no momento, sendo que a renda familiar informada era inferior a dois salários mínimos (68%). Quanto à pergunta sobre a motivação para cursar o curso FIC, as motivações indicadas foram as seguintes: escolhas pessoais (34%), para exercício atual na profissão (34%) e pela disponibilidade de vaga no mercado de trabalho (23%), o que

denota a consciência ambiental do público interessado.

Avaliamos que o público que se inscreveu para a realização da Formação Inicial e Continuada na instituição representa uma demanda potencial por um curso de especialização em Gestão de Projetos Ambientais. Além disso, com o início da primeira turma do curso FIC em Gestão de Projetos Ambientais, foi possível aprofundar nosso conhecimento sobre o perfil do público interessado em cursos ambientais na cidade e na região metropolitana. Dos estudantes matriculados e que atualmente frequentam o curso, mais de 50% possui formação superior e tem interesse em continuar os estudos. Nota-se, portanto, que há demanda latente na cidade de Niterói por cursos na área de meio ambiente, inclusive cursos de pós-graduação, dada a faixa etária e nível de escolaridade dos interessados no primeiro curso ofertado pelo *Campus*. Entendemos que cabe ao IFRJ, por conta de sua missão e perfil institucional na educação federal pública, ofertar cursos dessa natureza e satisfazer a demanda regional.

8. Proposta de implantação do grupo de pesquisa intitulado Grupo de Estudos Multidisciplinares em Ambiente, Saúde e Sociedade (GEMASS):

Dando continuidade ao trabalho de estruturação do eixo de meio ambiente no IFRJ *Campus* Niterói, foi constituída, em 22 de março, uma Comissão, através da Portaria *Campus* Niterói no. 06, com o objetivo de elaborar proposta e formalizar o processo para criação de um grupo de pesquisa junto à Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PROPPI) e cuidar de seu processo de registro junto ao CNPQ.

A proposta construída coletivamente pelo grupo de trabalho, em sintonia e diálogo permanente com os demais professores do curso FIC de Gestão de Projetos Ambientais, encaminhou ao CNPQ, em junho deste ano, o projeto de registro do Grupo de Estudos Multidisciplinares em Ambiente, Saúde e Sociedade - GEMASS que visa refletir, debater, pesquisar e sistematizar conhecimentos em perspectiva interdisciplinar sobre múltiplas dimensões da problemática ambiental contemporânea, articulando ensino, pesquisa e extensão. Um arco amplo de objetos de estudo será contemplado pelo grupo de modo a torná-lo espaço de confluência dos diversos agentes e profissionais interessados na área.

Para isso suas linhas de pesquisa foram estruturadas de modo a permitir a exploração de temáticas variadas, desde aspectos específicos relacionados ao campo da microbiologia até assuntos mais globais como conflitos territoriais e socioambientais, articulando assim a enorme expertise acumulada pelos professores do grupo. O projeto de

implantação do grupo pretende ainda estimular e promover diálogos e parcerias entre diferentes interlocutores e instituições, fomentando o debate sobre a problemática ambiental, difundindo conhecimento, valores e princípios ancorados na justiça e na ética ambientais e contribuindo para a construção de uma sociedade que assuma como valor inegociável relações mais justas, saudáveis e harmoniosas com o ambiente. Ademais, esse grupo de pesquisa será de fundamental importância para o avanço das pesquisas elaboradas pelos alunos matriculados na Pós-Graduação em Gestão de Projetos Ambientais.

3. HISTÓRICO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 por transformação do então Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis (CEFETQ). No mesmo dispositivo legal, foi incorporado à nova instituição o Colégio Agrícola Nilo Peçanha (CANP-UFF), passando a ser um *campus*.

Conforme assinala a lei citada, o IFRJ é uma instituição de Educação Básica e Superior, pluridisciplinar e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes modalidades, na pesquisa, na inovação e na extensão, gozando de autonomia universitária. Ele também tem “autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica”.

A instituição desenvolve pesquisa em vários campos do saber, visando à inovação tecnológica e a divulgação e popularização da Ciência; bem como, extensão, com significativas ações de inclusão social de jovens e adultos, de população em situação de vulnerabilidade social e de pessoas com deficiência.

Os *campi* são dirigidos por Diretores-Gerais, eleitos e nomeados pelo Reitor, para um mandato de 04 (quatro) anos, após consulta à comunidade (no caso de *campus* com mais de 05 anos de implantação, após autorização do MEC). Cada *campus* possui sua própria estrutura, contando obrigatoriamente com Direção de Ensino. Atualmente o IFRJ possui 15 (quinze) *campi* em funcionamento, entre os quais o *Campus* Niterói.

Entre os objetivos dos Institutos Federais encontra-se o de ofertar “cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento”, ao que a presente proposta visa a atender.

O *Campus* Niterói do IFRJ está em processo de implantação e faz parte da Fase III do Plano de Expansão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O *Campus* terá sua estrutura definitiva no bairro do Sapê – região de Pendotiba –, com previsão de entrega para o segundo semestre de 2018. Em 03 de maio de 2018, houve a pré-inauguração deste *Campus*, com a conclusão de quase metade das obras previstas. Contudo, as atividades ainda acontecem na sede provisória. A capacidade estimada do *campus* definitivo será para atender 1500 estudantes, com a proposta de oferecer cursos técnicos integrado e concomitante/subsequente, graduação e pós-graduação, além dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), atividades de Pesquisa e Extensão.

As atividades do *Campus* Niterói tiveram início no segundo semestre de 2016, e, em 2017, passaram a acontecer em caráter provisório na Fundação Oscar Niemeyer, no Centro da cidade. Atualmente, o *Campus* Niterói conta com 28 docentes concursados e 01 substituto. Em sua maioria, são portadores de diploma de pós-graduação *stricto sensu*, além de 16 servidores técnico-administrativos. São oferecidos sete cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), diversas atividades de extensão, inclusive com 10 bolsas da FAPERJ para alunos, duas turmas de Preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), curso de LIBRAS, três turmas do Curso Técnico Concomitante/Subsequente em Administração (cf. <http://portal.ifrj.edu.br/campus-niteroi-completa-ano-atividades>).

Cumprir destacar que o Grupo de Trabalho em Meio Ambiente atualmente oferta o FIC de Gestão de Projetos Ambientais, o qual tem sido uma espécie de laboratório para os docentes proponentes da presente especialização. Em atividades de ensino e pesquisa, têm sido empregados temas, abordagens e metodologias pertinentes ao campo ambiental, atentando para as especificidades de um curso dessa natureza. Essa experiência tem demonstrado ricas possibilidades para a ampliação dos temas e o aprofundamento das abordagens acerca da problemática ambiental.

Apesar do curto espaço de tempo de funcionamento e das limitações inerentes a um *campus* em implantação, esses cursos congregam em torno de 400 alunos regularmente matriculados. Importa observar que o número de pessoas inscritas nos processos seletivos

vem crescendo a cada ano, atingindo no semestre 2018-01 o total de 3.708 pessoas. Isso indica a clara necessidade de ampliar tanto a oferta de vagas quanto de cursos. A fim de situar com maior precisão a proposta de curso aqui apresentada, importa assinalar alguns aspectos do contexto sócio-espacial da região de Pendotiba, onde o *campus* definitivo será implantado.

Para tanto, nos apoiaremos na pesquisa intitulada Estratégias para uso e ocupação do solo na região de Pendotiba. Volume II – Diagnóstico Ambiental. Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade. Niterói: Janeiro de 2015. O documento é uma obra coletiva produzida por equipe multidisciplinar de profissionais da Secretaria de Meio Ambiente do município de Niterói.

Trata-se da continuação do estudo “Estratégias para uso e ocupação do solo na região de Pendotiba. Volume I – Diagnóstico Técnico”, realizado pela Secretaria de Mobilidade e Urbanismo. O principal objetivo desses estudos foi o de subsidiar a elaboração de uma lei de iniciativa do Poder Executivo Municipal. O texto foi enviado para Câmara Municipal de Niterói, discutido pelos vereadores, aprimorado, aprovado e publicado em 14/01/2016 intitulada Lei Municipal nº 3.195, de 13/01/2016. Ela é de forma efetiva o Plano Urbanístico Regional (PUR) de Pendotiba, que estabelece e regulamenta o “zoneamento ambiental, a implantação de políticas setoriais, a aplicação de instrumentos de política urbana e a ordenação do uso e da ocupação do solo na região.”.

Conforme menciona o documento (p. 06), Pendotiba e a Região Leste foram as duas regiões administrativas de Niterói que não cumpriram a determinação contida no Plano Diretor, de 1992, de elaboração do PUR. Isso sugere, entre outras coisas, que essas regiões ficaram durante tempo significativo sem a ação reguladora, fiscalizadora e propositiva necessária do poder público em diversas áreas. Levando-se em conta que a lei do PUR de Pendotiba foi criada há pouco mais de dois anos, é de esperar que ainda haja muito por fazer, especialmente no bairro Sapê, onde reside nosso interesse principal de pesquisa.

Conforme sugere o título do Volume II do estudo em questão, os aspectos geofísicos da região são investigados e descritos em profundidade. Há uma variedade de assuntos abarcados pelo estudo, traçando um amplo panorama da região, identificando aspectos positivos e negativos relacionados com o ambiente físico, mapas das áreas de especial interesse ambiental, o diagnóstico dos problemas de saneamento, dentre outros.

Duas informações nos pareceram de especial relevância para a compreensão das características da região. Uma negativa e outra positiva. A negativa reside na constatação de que “a Região de Pendotiba ainda não possui rede coletora de esgoto sanitário” (p. 70), logo, não possui tratamento do mesmo. Há, contudo, a exigência de que cada residência providencie sistema de tratamento individual do esgoto. Consequentemente, conforme explicita o estudo, “em muitos casos as fossas são dimensionadas e construídas de forma incorreta, causando contaminação de solo e águas subterrâneas.” (p. 76). Assim, até o ano de 2015, havia deficiências notórias de controle do poder público sobre as formas de descarte de dejetos pelas residências. O estudo reconhece que muitos cursos d’água foram assim contaminados com esgoto, tiveram sua rota alterada ou foram obstruídos em função do crescimento ocupacional desordenado. Mas ao menos “a perspectiva é que nos próximos anos a rede seja implantada na região” (p. 70), haja vista que, conforme sustentam os técnicos da prefeitura, “atualmente a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) e rede de esgoto sanitário dos Bairros de Maria Paula e Badu encontra-se em fase de licenciamento para construção” (p. 70).

Essas informações são relevantes no propósito de cumprimento da missão institucional prevista em lei, no sentido de que o IFRJ deve “orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal” (Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008). Sendo assim, considera-se que uma pós-graduação em Gestão de Projetos Ambientais poderá contribuir para a soluções desses e de outros problemas identificados no território de Pendotiba.

O aspecto positivo, mas ainda assim preocupante, é que Pendotiba abriga significativo número de fragmentos florestais de interesse ambiental. Essa informação deve ser colocada em perspectiva, já que Niterói como um todo possui nove Unidades de Conservação (APA das Lagunas e Florestas de Niterói, APA do Morro do Gragoatá, APA do Morro do Morcego, Fortaleza e Fortes, APA da Água Escondida, Parque Ecológico Darcy Ribeiro, Parque Natural Municipal de Niterói, Parque Estadual da Serra da Tiririca, Sistema Municipal de Áreas de Proteção Ambiental e Reserva Extrativista Marinha de Itaipu), todas fora dessa região administrativa. O estudo da Prefeitura de Niterói supracitado destaca que Pendotiba e a Região Leste possuem notória vocação ecológica e ambiental. Pendotiba, por exemplo, abriga 52 fragmentos florestais. Mas ao contrário da

Região Leste, que possui quase todo o território protegido por unidades de conservação e Áreas de Especial Interesse Ambiental (AEIA), Pendotiba resta desguarnecida no que diz respeito a Unidades de Conservação. Das nove áreas denominadas de AEIA citadas neste documento, Pendotiba possui sete delas, uma dessas localizada no bairro Sapê (p. 24). Convém assinalar que AEIA não tem o mesmo status protetivo legal, por assim dizer, de Unidades de Conservação.

Conforme assinala o estudo, os riscos ao patrimônio natural são bem concretos, haja vista que “[...] o grande foco neste momento é a resolução do conflito existente na Região de Pendotiba, onde grandes remanescentes florestais vêm sendo ocupados de maneira irregular e sofrem com a especulação imobiliária em função da demanda de novos terrenos para expansão da cidade” (p. 07). O documento observa alguns benefícios socioambientais advindos da proteção dessas áreas através da sua transformação em Unidade de Conservação, entre os quais citamos “a melhoria de qualidade ambiental dos centros urbanos (através da manutenção do equilíbrio dinâmico adquirido com a cobertura vegetal) e a possibilidade de proporcionar bem-estar à população - em virtude do contato direto com a natureza” (p. 27-28).

Assim, uma das recomendações que emergem desses estudos é a de se criar Unidades de Conservação em alguns desses fragmentos, além do reflorestamento de outras áreas, especialmente aquelas que constituem os chamados corredores, que ligam duas das principais unidades de conservação do município, o Parque Natural Municipal de Niterói (PARNIT) e o Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET). Porque uma vez criadas, eles demandam um corpo administrativo e fiscalizador das mesmas. No tocante especificamente ao bairro Sapê, local do *campus* definitivo, temos diversos fragmentos florestais em diferentes níveis de conservação (cf. mapas nas páginas 22 e 23), mas nenhuma Unidade de Conservação.

Na concepção dos técnicos, os principais interesses na preservação desses fragmentos florestais são os seguintes: “o aumento da capacidade de infiltração de água no solo, controle de erosão e amortecimento dos picos de cheia, além de reduzir o escoamento superficial proveniente da precipitação” (p. 80-81).

Convém destacar que para além dos objetivos apontados anteriormente pelos técnicos da prefeitura no tocante à preservação dos fragmentos florestais, temos especial interesse em promover ações de ensino, pesquisa e extensão a partir desses e de outros

aspectos territoriais. Nesse sentido, o funcionamento de uma pós-graduação como a que propomos aqui poderá oferecer uma contribuição qualificada para a solução de problemas.

4. OBJETIVOS

4.1 Objetivo geral

Capacitar profissionais para a identificação da problemática ambiental contemporânea de forma abrangente e contextualizada, bem como qualificá-los para a proposição, elaboração, e implementação de projetos relativos ao uso sustentável e à proteção do meio ambiente.

4.2 Objetivos específicos

- Compreender as problemáticas socioambientais e territoriais na sua complexidade, diversidade de atores, responsabilidades e perspectiva histórica;
- Estimular a criação e implantação de novos projetos ambientais de geração e de distribuição de renda, do empreendedorismo e do associativismo;
- Desenvolver competências para o trabalho, inclusive a habilidade de gestão para os empreendimentos ambientais resultantes;
- Qualificar profissionais de diversas áreas para os seguintes processos: a identificação de situações socioambientais, o levantamento de soluções e parcerias, a tomada de decisão, a implantação e o gerenciamento de projetos, a formulação de políticas destinadas a melhorar a qualidade de vida das comunidades envolvidas;
- Aprimorar o conhecimento para a realização de pesquisas e a concepção de soluções práticas referentes ao meio ambiente, a partir de bases conceituais para melhorar a vida de diferentes partes da sociedade;
- Perceber as implicações da ciência e da tecnologia junto das questões socioambientais, em especial o enfoque das tecnologias sociais.

5. INFORMAÇÕES DO CURSO

5.1 Concepção do curso e regulamentação do curso

A proposta do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão de Projetos Ambientais segue os critérios do regulamento geral dos cursos de pós-graduação *lato sensu* do IFRJ vigentes, publicado através da Resolução nº 016/2016/CONSUP 2016. O curso foi proposto pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria *Campus* Niterói no. 10, de 28 de dezembro de 2017, tendo sido sua implantação aprovada em Reunião Geral com a direção e com os servidores do *Campus* como consta na ata da reunião do dia 28 de março de 2018. Observamos ainda que, como o IFRJ *Campus* Niterói não possui ainda um órgão colegiado constituído oficialmente e o regimento interno encontra-se em processo de implementação, foi decidido por todos os servidores do *Campus* que decisões desta natureza fossem votadas coletivamente em reuniões gerais. Após concluído esse trâmite, foi feita submissão da minuta à Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PROPPi).

Para a elaboração do PPC constituiu-se grupo de trabalho e comissão, formada pelos seguintes professores: André Souza Brito, Andréa Rizzotto Falcão, Andreia Maria da Anunciação Gomes, Etiane Araldi, Fernanda Barbosa Lima, Leandro da Silva Guimarães, Ligia Scarpa Bensadon, Mariana Spacek Alvim e Tauan Nunes Maia sob a presidência de Raphaela Reis Conceição Castro Silva. Contribuíram ainda para o trabalho os seguintes docentes: Pedro Henrique de Almeida Silva e Samuel Max Gabbay. Além dos docentes pertencentes ao IFRJ *Campus* Niterói, serão convidados membros externos como docentes e especialistas de outros *campi* do IFRJ e de outras instituições como a Universidade Federal Fluminense e profissionais qualificados da equipe da Subsecretaria de Sustentabilidade da Prefeitura Municipal de Niterói para participar através de palestras que poderão ocorrer como parte integrante de disciplinas.

5.2. Coordenação do curso:

Raphaela Reis Conceição Castro Silva.

5.3. Local do curso:

Estrada Washington Luís - Sape, Niterói - RJ, 24310-000.

Telefone: (21) 3293-6000

Endereço eletrônico: www.ifrj.edu.br/niteroi

5.4 Carga-horária:

O Curso de Pós-Graduação em Gestão de Projetos Ambientais funcionará de acordo com os requisitos apresentados a seguir e em conformidade com o Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* do IFRJ.

Total da carga horária: 360 horas

Total de créditos: 24 créditos

Regime do curso: semestral

Horário das aulas: as aulas presenciais acontecerão uma vez por semana, aos sábados, contando com nove horas de aula semanais, nos turnos diurno (das 8 h às 12:30 h) e vespertino (das 13:30 h às 18 h).

Total de semestres letivos: dois semestres para cursar disciplinas e mais um semestre para elaboração TCC e defesa.

Duração mínima do curso: 12 meses, atendendo-se os seguintes pré-requisitos – aprovação nas disciplinas; desenvolvimento do TCC; e defesa do TCC, após conclusão das disciplinas, perante banca examinadora.

Prorrogação do curso: o aluno fará jus da prorrogação mediante justificativa por escrito e aprovada pelo Colegiado do Curso. Esse recurso só pode ser utilizado uma vez pelo discente. O período de prorrogação será de até seis meses. Neste caso, o curso terá duração de até 24 meses, sem mais prorrogações.

5.5 Público-alvo:

O curso almeja oferecer capacitação para profissionais atuantes nas diferentes áreas ambientais. Nesse sentido, seu público-alvo são profissionais com formação em qualquer área do conhecimento, que desejem atuar no gerenciamento de projetos na área ambiental, em diversos setores da economia como indústria, serviços, infraestrutura, assim como no desenvolvimento e implantação de políticas pública em todas as esferas do setor público. Essa característica possibilita o cumprimento de um compromisso firmado pelos Institutos Federais de promover a verticalização do ensino, pois o *Campus* possui ainda cursos na área de Gestão e Negócios e Informática.

5.6 Processo seletivo e periodicidade:

O curso de Pós-Graduação em Gestão de Projetos Ambientais será ofertado através de edital aprovado pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PROPP) e pela Diretoria de Concurso e Processo Seletivo (DCPS) do IFRJ. Anualmente, serão oferecidas 18 vagas, que serão distribuídas entre as três linhas de pesquisa, conforme o interesse dos alunos e a disponibilidade dos orientadores.

O processo seletivo de novos alunos contará com as seguintes etapas:

- (a) Carta de intenção (50 pontos);
- (b) Análise de currículo com barema de avaliação (25 pontos); e
- (c) Arguição (25 pontos).

O aluno será aprovado no processo seletivo se obtiver, no mínimo, 60 pontos e terá direito a matricular-se no curso caso se classifique dentro do limite de vagas oferecidas. Se o número de vagas exceder o de candidatos aprovados, haverá uma lista de espera, cuja ordem dar-se-á conforme a pontuação dos candidatos.

5.7 Condições de matrícula:

O aluno classificado no processo seletivo para cursar a Pós-Graduação em Gestão de Projetos Ambientais deverá apresentar a documentação exigida no edital para efetivar sua matrícula nas disciplinas na secretaria acadêmica da pós-graduação do *Campus* Niterói. Para isso, o aluno deverá seguir as orientações descritas no edital. O não cumprimento dessa norma acarretará a desclassificação do aluno do processo seletivo.

5.8 Sistema de Avaliação e Certificação:

O certificado somente será expedido após a aprovação em todas as disciplinas, com frequência mínima de 75%, e a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso. O aluno receberá o certificado de conclusão do curso de Especialização em Gestão de Projetos Ambientais.

5.9 Trabalho de Conclusão de Curso:

De acordo com o Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, para a obtenção do diploma de Especialista em Gestão de Projetos Ambientais, o aluno deverá elaborar, apresentar e defender o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que consiste em um estudo prático, teórico, empírico ou metodológico, pertinente à área de conhecimento do curso.

5.10 Indicação do tipo de trabalho, formação de banca examinadora e demais requisitos para certificação:

O TCC deverá ser elaborado e apresentado conforme o Manual para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos dos Cursos de Pós-Graduação: trabalho de conclusão de curso, dissertação e tese do IFRJ (IFRJ, 2011), considerando as orientações que constam em normas específicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

O TCC será supervisionado por um orientador, devidamente, credenciado ao curso de especialização em Gestão de Projetos Ambientais. Pode-se admitir um coorientador desde que exista uma comunicação oficial ao Colegiado do Curso (CoCur) para apreciação da solicitação.

A banca examinadora do TCC deverá ser composta por no mínimo três membros, incluindo o orientador e/ou coorientador, quando for o caso, que será o presidente da banca. Obrigatoriamente, sugere-se que o terceiro membro seja externo. As pesquisas que envolvem seres humanos devem ser submetidas ao Comitê de Ética do IFRJ para aprovação.

De acordo com o Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* do IFRJ, a banca, após defesa do trabalho, deliberará o resultado da defesa de TCC:

a) Aprovado

Quando o trabalho for considerado satisfatório, atingindo a qualidade necessária para a obtenção do título de especialista.

b) Aprovado com restrições

Quando o trabalho for considerado parcialmente satisfatório, necessitando de complementos e/ou ajustes essenciais para ser considerado de qualidade para obtenção do título de especialista.

c) Reprovado

Quando o trabalho for considerado insatisfatório (cuja qualidade não permita a

obtenção do título de especialista) ou quando o aluno incorrer em plágio e/ou autoplágio.

No caso do TCC ser em formato de artigo, a banca deverá sugerir o tipo de publicação para o artigo. Algumas possibilidades são: periódico, congressos nacional e internacional. O aluno deverá respeitar os prazos para recebimento do seu certificado de especialista. O Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* do IFRJ define as ações segundo a forma de aprovação, que são:

Aprovado

O aluno terá o prazo máximo de 30 dias para entregar a versão final do TCC impresso e digital para a coordenação do curso em Gestão de Projetos Ambientais.

Aprovado com restrições

O aluno terá até 90 dias para apresentar uma nova versão do TCC para análise dos membros da banca. Tendo parecer decisivo de dois membros o aluno será considerado aprovado. Caso as modificações não sejam consideradas satisfatórias pela banca examinadora, o aluno será reprovado.

Somente fará jus ao certificado de conclusão do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão de Projetos Ambientais o aluno que obtiver aprovação em todas as disciplinas, defender o TCC e entregar a sua versão final.

A versão final do TCC, em formato impresso e digital, deverá ser entregue à Coordenação do curso, que após verificação, emitirá uma declaração constando que o aluno finalizou o TCC. Em posse dessa declaração, o aluno deverá procurar a secretaria da Pós-Graduação em Gestão de Projetos Ambientais onde será informado acerca dos procedimentos e documentos necessários para a expedição do seu certificado do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*.

5.11 Indicadores fixados para avaliação global do curso de pós-graduação.

Ao final do curso, o aluno deverá avaliar a coordenação, o atendimento administrativo e as instalações físicas através da ficha de avaliação do curso. Ao término de cada disciplina, o aluno deverá avaliar os professores através da ficha de avaliação disciplina/docente que consta no Anexo 1, pontuando-os de acordo com a *Escala de Avaliação: 1 - Insuficiente 2 – Ruim 3 - Regular 4 – Bom 5 - Ótimo*. Os itens avaliados contemplarão aspectos referentes à apresentação do conteúdo ministrado, propiciando um sistema de avaliação como indicador de desempenho.

6. INFRAESTRUTURA DO CAMPUS

A Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão de Projetos Ambientais conta com a utilização de uma sala de aula, acesso às salas de informática, ao auditório e a biblioteca.

O curso possui um acervo de livros próprios e doados. A instituição conta com uma secretaria que mantém as atividades e os arquivos necessários para a administração do curso.

6.1. Tabela com características do Laboratório de Informática

Laboratório de INFORMÁTICA / Unidade Niterói		
Número de postos de Trabalho: 35 alunos		
Item	Descrição	Quant.
01	Microcomputador com processador AMD 3000 MHz, com drive de 3/2 e HD de 20 GB	35
02	Monitor de 14 polegadas de Marca Samsung.	35

6.2. Sala de Aula

Será utilizada 1 (uma) sala de aula, que possui 35 carteiras universitárias, quadro e mesa para o professor. Há disponibilidade de microcomputador e equipamento multimídia para as aulas.

7. LINHAS E PROJETOS DE PESQUISA

7.1 Linhas de pesquisa

Linha de pesquisa 1: Educação ambiental.

Esta linha de pesquisa se propõe a estudar a relação entre o ser humano e seu ambiente, buscando desenvolver e compreender projetos que contemplem a participação coletiva, em diálogo com diferentes segmentos da sociedade, tais como governos e demais esferas do poder público, setores produtivos e comunidade local. Neste sentido, a linha pretende refletir sobre abordagens, concepções e metodologias de educação ambiental em espaços

formais e não formais de ensino.

Linha de pesquisa 2: Políticas públicas voltadas para o meio ambiente.

Esta linha de pesquisa se propõe a estudar diferentes projetos ambientais que tenham relação com as políticas públicas voltadas para o meio ambiente. Desta forma, esta linha irá abordar diferentes estratégias de gestão que promovam a facilitação de processos participativos, a ocupação de espaços públicos de participação, o uso e a apropriação das legislações e certificações ambientais.

Linha de pesquisa 3: Tecnologias sociais e ambientais aplicadas.

Esta linha de pesquisa se propõe a estudar questões relativas à análise e solução de possíveis problemas ambientais associados ao paradigma contemporâneo de desenvolvimento que norteia a sociedade capitalista. Desta forma, abará questões concernentes aos desafios e dilemas desse paradigma de desenvolvimento, bem como dos usos sociais da ciência e da tecnologia tanto na superação quanto no aprofundamento destes problemas.

7.2 Projetos de pesquisa

7.2.1 Linha de pesquisa 1: Educação ambiental.

Projeto de pesquisa 1: Desenvolvimento de projetos voltados para educação ambiental.

O objetivo deste projeto de pesquisa é planejar, estruturar e desenvolver projetos de educação ambiental em espaços formais e não formais, como escolas, museus, centros de ciências, parques, unidades de conservação, florestas, reservas extrativistas bem como empresas públicas ou privadas.

Professores envolvidos: Andreia Gomes, Etiane Araldi, Pedro Silva, Raphaela Reis e Tauan Maia.

Projeto de pesquisa 2: Movimentos sociais e educação ambiental.

Este projeto tem como objetivo investigar a educação ambiental realizada pelos diferentes movimentos sociais como os de agroecologia, economia solidária, reforma agrária, comunidades quilombolas, comunidades indígenas, geração de renda, mulheres,

LGBTQI+, interseccionais, dentre outros.

Professores envolvidos: Ligia Scarpa, Pedro Silva e Tauan Maia.

7.2.2 Linha de pesquisa 2: Políticas públicas voltadas para o meio ambiente.

Projeto de pesquisa 3: Ferramentas participativas e inovações em gestão.

Este projeto pretende investigar e desenvolver o uso de ferramentas participativas que envolvam metodologias inovadoras na gestão de diferentes políticas públicas.

Professores envolvidos: Etiane Araldi, Raphaela Reis e Samuel Gabbay.

Projeto de pesquisa 4: Aplicações da legislação e certificações ambientais.

Este projeto tem como objetivo investigar a apropriação e o uso das diferentes legislações e certificações ambientais, nacionais e internacionais, no tocante aos projetos ambientais.

Professores envolvidos: Andreia Gomes, Mariana Spacek e Samuel Gabbay.

7.2.3 Linha de pesquisa 3: Tecnologias sociais e ambientais aplicadas.

Projeto de pesquisa 5: Desafios e dilemas dos modelos de desenvolvimento.

Este projeto se propõe a discutir e refletir sobre múltiplos desafios e dilemas do atual modelo de desenvolvimento, envolvendo temas como especulação imobiliária, conflitos ambientais urbanos, pressões sobre os ecossistemas, relação homem-natureza, ética e bioética, uso social da ciência e das tecnologias, ordenamento territorial urbano, dentre outros.

Professores envolvidos: André Brito, Pedro Silva, Andréa Falcão, Leandro Guimarães, Mariana Spacek.

Projeto de pesquisa 6: Tecnologias para resolução de problemas ambientais.

O presente projeto tem como objetivos investigar a avaliação e o desenvolvimento do uso de tecnologias sociais e ambientais voltadas para a resolução de problemas ambientais que impactam diretamente os diferentes ecossistemas.

Professores envolvidos: André Brito, Andreia Gomes, Leandro Guimarães, Ligia Scarpa.

8. CORPO DOCENTE

8.1 Tabela com nome, formação, CPF, RG e SIAPE

Nome	Formação	CPF	RG	SIAPE
André Souza Brito	Doutor em História Social (UFF)	[REDACTED]	IFP-RJ	[REDACTED]
Andréa Rizzotto Falcão	Doutora em Ciências Sociais (UERJ)	[REDACTED]	IFP-RJ	[REDACTED]
Andreia Maria da Anunciação Gomes	Doutora em Ciências	[REDACTED]	IFP-RJ	[REDACTED]
Etiane Araldi	Mestre em Psicologia Social e Institucional (UFRGS)	[REDACTED]		
Leandro da Silva Guimarães	Mestre em Geografia (UFF)	[REDACTED]		
Ligia Scarpa Bensadon	Mestre em Ciências Sociais (UFRRJ)	[REDACTED]		
Mariana Spacek Alvim	Doutora em Ciências da Saúde (UFU)	[REDACTED]		
Pedro Henrique de Almeida Silva	Doutor em Biologia Marinha (UFF)	[REDACTED]		
Raphaela Reis Conceição Castro Silva	Doutora em Administração (UFSC)	[REDACTED]		
Samuel Max Gabbay	Mestre em Direito (UFRN)	[REDACTED]		
Tauan Nunes Maia	Mestre em Ciências da Saúde (UFF)	[REDACTED]		

8.2 Currículo resumido dos professores e link para o lattes atualizado

André Souza Brito

Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Licenciado em História pela Fundação Educacional Rosemar Pimentel/ Centro Universitário Geraldo Di Biase (FERP/UGB). Atualmente é professor efetivo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) *Campus Niterói*.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5215575279811787>

Andréa Rizzotto Falcão

Possui mestrado em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro / UNIRIO (2004) e doutorado em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro / PPCIS-UERJ (2011). Foi professora do curso superior em Produção Cultural do IFRJ, do curso de Administração do IBMR-Laureate, do curso de Design da PUC-RJ da Universidade Cândido Mendes e professora visitante do Curso de Especialización Superior, Gestión de la Cultura, Mención Patrimonio da Universidad Andina Simón Bolívar, Sede Ecuador onde ministrou o módulo: Gestión, conservación y desarrollo del patrimonio inmaterial. Tem ampla experiência nas áreas de Gestão e Planejamento Cultural, Políticas Culturais e patrimônio. Atua profissionalmente principalmente nos seguintes campos de investigação: antropologia, memória social, museus, coleções, patrimônio, patrimônio imaterial, cultura popular e processos de patrimonialização.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4234100165147244>

Andreia Maria da Anunciação Gomes

Doutora em Ciências pela Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ (2011), com período sanduíche na Wageningen University, Holanda, trabalhando no Aquatic Ecology and Water Management Group (2009-2010). Mestre em Ciências Biológicas (Biofísica) (2005) e graduada em Licenciatura em Ciências Biológicas (2001) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi bolsista de Pós doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro pelo Programa de Apoio ao Pós doutorado no Estado do Rio de Janeiro/PAPDRJ (2011-2013). Foi professora adjunta do Instituto de Recursos Naturais da Universidade Federal de Itajubá entre os anos de 2013 e 2017. Atualmente é professora do Instituto Federal do Rio de Janeiro-IFRJ e orienta alunos de mestrado no Programa de Mestrado em Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Tem experiência na área de Ecologia aquática, Ecologia de fitoplâncton, Dinâmica de Reservatórios e Lagoas costeiras, Eutrofização de Ecossistemas Aquáticos e Toxicologia e Ecofisiologia de Cianobactérias e Microalgas.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0342702293109561>

Etiane Araldi

Psicóloga (UFRGS), Mestre em Psicologia Social e Institucional pelo PPGPsi/UFRGS - linha de pesquisa Cognição, Comunicação e Redes Sociotécnicas - com missão científica

no Grupo de Investigación de Estudios Sociales en Ciencia y Tecnología (GESCIT) da Universitat Autònoma de Barcelona (UAB). Atuou como psicóloga no Sistema Único de Saúde na atenção e na gestão, tendo ocupado o cargo de Analista de Políticas Sociais no Ministério da Saúde. Atualmente é professora de psicologia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) e doutoranda em Psicologia Social na UERJ. Desenvolve ações de ensino, pesquisa e extensão nas interfaces da psicologia com as políticas públicas de educação, trabalho e saúde.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2251914961426433>

Leandro da Silva Guimarães

Geógrafo e pesquisador, com Pós-Graduação em Geografia na área de Ordenamento Territorial Urbano e Regional na Universidade Federal Fluminense (Mestrado), Doutorando em Antropologia (PPGA-UFF), com área de interesse em antropologia e política, movimentos sociais e novas territorialidades, movimentos sociais e seu papel no cenário contemporâneo como fundantes no questionamento de modelos hegemônicos de ordenamento social. Tem como foco de estudo também a questão racial e discriminação em ambientes urbanos, atua também com gerenciamento de projetos culturais, audiovisual, teatro e produção teatral. Atualmente atua como Docente no Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ- *Campus* Niterói).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5399311611168802>

Ligia Scarpa Bensadon

Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), *Campus* Niterói. Mestre no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA-UFRRJ). Fez especialização em Economia Solidária e Tecnologia Social na América Latina pela Unicamp, e graduação em Administração pela FEA-USP. Experiência com pesquisa nas áreas de agroecologia, movimentos sociais, redes sociais, economia solidária e autogestão.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2377524606588944>

Mariana Spacek Alvim

Possui Bacharelado em Direito (UFU); Bacharelado e Licenciatura em Filosofia (UFU); Mestrado em Filosofia (UFU); e Doutorado em Ciências da Saúde (UFU). Atua

principalmente nas áreas de Metaética, Ética Normativa, Ética Prática, Bioética, Zooética e Teoria do Direito. Atualmente, é professora de Filosofia/Ética do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), *Campus Niterói*.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2811230662988237>

Pedro Henrique de Almeida Silva

Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2004), mestrado em Biologia (Ecologia) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2007) e doutorado em Biologia Marinha pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e é professor do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), atuando no ensino de ciências e biologia nos níveis básico e superior, inclusive de pós-graduação. Tem experiência nas áreas de ensino de biologia, ciências ambientais, zoologia e ecologia, atuando principalmente nos seguintes temas: educação ambiental, evolução, mata atlântica, riachos costeiros, partilha de recursos, micro-habitat, ecologia trófica, ecologia de peixes, reprodução, peixes vivíparos, morfometria, modelagem ecológica e lagoas costeiras.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5414408348291779>

Raphaella Reis Conceição Castro Silva

Doutora em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA), na linha de pesquisa em Organizações, Gestão e Sociedade. Possui MBA em Gestão de Pessoas pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e especialização em Planejamento e Gestão de Educação a distância pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Os temas de interesse são: produção científica, pensamento social brasileiro e desenvolvimento.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2751499099289877>

Samuel Max Gabbay

Professor do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e Advogado. Doutorando em Ciências Jurídico-Econômicas na Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa. Mestre em Direito Constitucional na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2012). Pós-graduado em Direito Tributário na Universidade Anhanguera/LFG (2012).

Especialista em Direito do Petróleo, Gás Natural e Bicomcombustíveis pelo Programa de Formação em Recursos Humanos n. 36 da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (2010). Graduado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2010).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7832992150722393>

Tauan Nunes Maia

Possui graduação em Educação Física pela Universidade Federal Fluminense (2011) e mestrado em Mestrado Acadêmico em Ciências do Cuidado em Saúde pela Universidade Federal Fluminense (2015). Atualmente é professor do IFRJ *Campus* Niterói.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4569204884999948>

9. MATRIZ CURRICULAR

As aulas das disciplinas do curso de especialização em Gestão de Projetos Ambientais serão realizadas aos sábados. As disciplinas serão oferecidas em módulos concentrados e simultâneos, exemplificando: a disciplina Ciência, Tecnologia e Ética será ministrada no turno da manhã ao longo de uma sequência de sábados enquanto no turno da tarde será ministrada outra disciplina, por exemplo a disciplina Educação Ambiental.

9.1 Itinerário de formação

Semestre	Disciplina	Docentes	Carga horária/Crédito
1o semestre	Desenvolvimento e a Crise Socioambiental	Leandro Guimarães e André Brito	30 – 2C
1o semestre	Ciência, Tecnologia e Ética	Mariana Spacek e Andréa Falcão	30 – 2C
1o semestre	Tópicos em Direito Ambiental	Samuel Gabbay	15 - 1C
1o semestre	Educação Ambiental	Andreia Gomes, Pedro Silva e Tauan Maia	30 – 2C
1o semestre	Ecologia e Conservação Ambiental	Andreia Gomes e Pedro Silva	45 – 3C
1o semestre	Metodologia de Pesquisa	Andrea Falcão, Tauan Maia e Leandro Guimarães	30 – 2C
			180 – 12 C
2o semestre	Gestão de Projetos	Andrea Falcão e Raphaela	45 – 3C

		Reis	
2o semestre	Ferramentas para Gestão Participativa	Etiane Araldi	30 – 2C
2o semestre	Economia Solidária e Agroecologia	Ligia Scarpa e Leandro Guimarães	30 – 2C
2o semestre	Gestão Ambiental	Andreia Gomes e Pedro Silva	45 – 3C
2o semestre	Elaboração de Projeto de Pesquisa	Coordenação	30 – 2C
			180 – 12 C
3o semestre	Trabalho de Conclusão de Curso	Orientadores	sem crédito
			360 – 24 C

9.2. Ementas das disciplinas

Disciplina: Desenvolvimento e a Crise Ambiental
<p>Objetivo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Problematizar a presença humana situada historicamente no tempo e no espaço e suas relações e transformações operadas sobre diversos ecossistemas. ● Analisar a dinâmica de modelos de desenvolvimento econômico implementados no Brasil em diferentes contextos históricos, desvelando implicações e custos de natureza social, ambiental e territorial desse processo. ● Questionar as noções de “crescimento econômico” e “progresso” no discurso hegemônico sobre a globalização, analisando e avaliando problemáticas contemporâneas que emergem do território e o colocam como <i>locus</i> analítico central. ● Compreender o papel do Estado de viés neoliberal como agente dos mecanismos e processos de ordenamento territorial, bem como sua (inter)relação com a sociedade civil e com setores do capital privado nacional e estrangeiro.
<p>Ementa: Mudanças e permanências nos paradigmas estruturantes da relação homem-natureza em diferentes períodos históricos e em distintos contextos espaciais. Especificidades do processo histórico de exploração econômica do território brasileiro e suas consequências socioambientais. Desafios que a lógica econômica e as dinâmicas do</p>

capitalismo globalizado colocam às sociedades e às demais formas de vida que interagem no território urbano e rural do estado do Rio de Janeiro. Sustentabilidade e suas materializações no território. Crise ambiental, poderes, saberes e racionalidades ambientais. Desenvolvimento: história, geografia, conceitos, abordagens e críticas.

Docentes: Leandro da Silva Guimarães e André Souza Brito

Bibliografia:

ARAÚJO, C. L.; NASCIMENTO, E.; VIANNA, J. N. de S. Para onde nos guia a mão invisível? Considerações sobre os paradoxos do modelo econômico hegemônico e sobre os limites ecológicos do desenvolvimento. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 31, p. 9-18, ago. 2014.

DUPAS, Gilberto. O mito do progresso. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v.7, p. 73-89, mar. 2007.

COHEN, Abner. Conclusions: Political Ethnicity in Contemporary African Towns. In: _____. **Custom and Politics in Urban Africa**. Berkeley and Los Angeles, California: University of California Press, 1973.

DEAN, Waren. **A ferro e fogo: a história da devastação da mata atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FURTADO, Celso Monteiro. **O mito do desenvolvimento econômico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GUIMARÃES, Leandro da Silva. O modelo de urbanização brasileiro: notas gerais. **Revista Geotextos**. v. 12, p. 13-35, nº 1, Jul. 2016.

_____. Periferia e espaços periféricos: um estudo de caso do loteamento Jardim Catarina. **Revista Pegada Eletrônica** (Online), v. 16, n. 02, p. 227-249, 2015.

HAESBAERT, Rogério. **Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo**. Niterói: EDUFF, 2013.

LEFF, Enrique. **A aposta pela vida: imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do Sul**. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 2016.

_____. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

LEITE LOPES, J. S. (Coord.); ANTONAZ, Diana; PRADO, Rosane, SILVA, Gláucia (Org.). **A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da**

poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

MARQUES, Luis. **Capitalismo e Colapso ambiental.** 2. ed. revista e ampliada. Campinas: Editora Unicamp, 2016.

MARTÍNEZ-ALIER, J. Los conflictos ecológico-distributivos y los indicadores de sustentabilidad. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, v. 1, p. 21-30, 2004.

MOREIRA, Ruy. O modelo industrial e meio ambiente no espaço brasileiro. **Geographia**, Niterói, ano 4, n. 9, p. 7-28, 2003.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2006.

RICARDO, D. **Princípios da economia política e tributação.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

ROLNIK, Raquel. Os sem-lugar ou a crise global de insegurança da posse. In: _____. **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças.** São Paulo: Boitempo, 2015.

SACHS, IGNACY. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI: No loop da montanha-russa.** Companhia das Letras: São Paulo, 2000.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato.** Rio de Janeiro: Leya, 2017.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800).** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VIOLA, Eduardo J. The Ecologist Movement in Brazil (1974-1986): From Environmentalism to Ecopolitics. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 12, n. 2, p. 211-228, 1988.

Disciplina: Ciência, tecnologia e ética

Objetivo: Esta disciplina pretende estudar a ciência e a tecnologia enquanto práticas sociais e históricas, buscando refletir, a partir de diferentes perspectivas, sobre as características e especificidades da relação do homem com as técnicas e suas implicações

sobre o ambiente físico e social em que se vive. Para tanto, o curso visa analisar as complexas relações entre técnica e ciência em períodos históricos e contextos sociais distintos: das origens gregas da questão, passando pelo iluminismo moderno e pelo advento da sociedade industrial, chegando na autonomização das ciências e na convergência das tecnociências na contemporaneidade. Busca-se, desse modo, refletir sobre estas transformações e seus impactos, tanto do ponto de vista conceitual como prático, por intermédio da renovação dos sentidos e significados atribuídos aos termos mencionados e da análise crítica das práticas e comportamentos individuais e coletivos no tempo presente. Objetiva-se, com isso, promover uma atitude mais clara e consciente sobre as dimensões éticas e políticas dos usos dos conhecimentos técnicos e científicos na atualidade.

Ementa:

- Estudo da ciência e da tecnologia enquanto práticas sociais e históricas;
- Relação do homem com o ambiente em diferentes contextos históricos e sociais;
- Perspectivas conceituais e antropológicas da técnica e da ciência (na Antiguidade, na Modernidade e na Contemporaneidade);
- A cultura da inovação científica e tecnológica e suas intervenções no modo de produção e nas relações sociais;
- Alcances, limites e riscos éticos e políticos da tecnociência;
- Novas tecnologias (repensando a relação entre humanos e animais, orgânico e inorgânico, natureza e cultura);
- Microeletrônica e a desmaterialização numérica do mundo;
- Biotecnologia e biopoder (novas dimensões e políticas sobre a vida e os corpos);
- Perspectiva antropocêntrica, perspectiva ecocêntrica, perspectiva do desenvolvimento sustentável;
- Perspectivas éticas deontológicas, consequencialistas e dos funcionamentos;
- O recente debate da bioética neste contexto;
- História da ciência e das técnicas: políticas da natureza, como fazer ciência na democracia;
- História da Ciência e das técnicas no Brasil;
- Tecnologia e ativismo político na contemporaneidade.

Docentes:

Andréa Rizzoto Falcão e Mariana Spacek Alvim

Bibliografia:

AMERICAN ASSOCIATION FOR THE ADVANCEMENT OF SCIENCE. **Benchmarks for science literacy**: project 2061. New York: Oxford University Press, 1993.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Bauru, SP: EDIPRO, 2007.

ARISTÓTELES. **Metafísica**. Bauru, SP: EDIPRO, 2006.

BORGMANN, Albert. **Technology and the character of contemporary life**: a philosophical inquiry. Chicago: The University of Chicago Press, 1984.

BUNGE, Mário. **La investigación científica**. Barcelona: Ariel, 1969.

CARNEIRO, Henrique S. História da ciência, da técnica e do trabalho no Brasil. **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos**, n. 2, 2002.

CHAFFEE, Mary W. The case for integrating the environment into the definition of bioethics. **Journal of environmental law and policy**, California, v. 35:2, 2017.

CESARINO, Letícia. Nas fronteiras do ‘humano’: os debates britânico e brasileiro sobre a pesquisa com embriões. **Mana**, v. 13:2, 2007.

CISNEY, Vernon W.; MORAR, Nicolae. **Biopower: Foucault and Beyond**. Chicago: University of Chicago Press, 2015.

CUPANI, Alberto. A tecnologia como problema filosófico: três enfoques. **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 493-518, 2004.

DIAS, Maria Clara (Org.). **A perspectiva dos funcionamentos**: por uma abordagem moral mais inclusiva. Rio de Janeiro: Editora Pirlampo, 2014.

DOMINGUES, Ivan. Ética, ciência e tecnologia. **Kriterion**, Belo Horizonte, v. 45, n. 109, 2004.

EVANS-PRITCHARD, E. E. A noção de bruxaria como explicação de infortúnios. In: **Bruxaria, oráculos e magia entre os azande**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973.

FEENBERG, Andrew. **Transforming technology**: a critical theory revisited. Oxford: Oxford University Press, 2002.

FOUCAULT, M. On the genealogy of ethics. **The Foucault reader**, New York, Pantheon, 1984.

GAMA, Ruy. **A tecnologia e o trabalho na história**. São Paulo: Nobel Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

HACKING, Ian. Construindo tipos: o caso de abusos contra crianças. **Cadernos Pagu**, v.

40, 2013.

HACKING, Ian. Experimento, observação e microscópio. In: **Representar e intervir:** tópicos introdutórios de filosofia da ciência. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, v. 5, p. 7-41, 1995.

INGOLD, Tim. Contra o espaço: lugar, movimento, conhecimento. In: **Estar vivo:** ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis: Vozes, 2015.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes antropológicos**, v. 18:37, 2012.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. **A vida de laboratório:** a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

LATOUR, Bruno. Introdução, Capítulos 1 e 2. In: **Políticas da natureza:** como fazer ciência na democracia. Bauru: Edusc, 2004.

LEE, Lisa M. A bridge back to the future: public health ethics, bioethics, and environmental ethics. **The american journal of bioethics**, v. 17, n. 9, 2017.

LEVI-STRAUSS, Claude. A ciência do concreto. In: **O pensamento selvagem**. Campinas: Papyrus, 2005.

LEWIS, J. L.; KELLY, P. J. (Ed.). **Science and technology education and future human needs**. Oxford: Pergamon Press, 1987.

MALINOWSKI, Bronislaw. Superioridade racional do homem sobre o meio envolvente e A arte da magia e o poder da fé. In: **Magia, ciência, religião**. Lisboa: Edições 70.

MARTINS, Roberto de Andrade. **Bases de dados sobre história da ciência da técnica em Portugal e Brasil, do Renascimento até 1900**. Comunicação apresentada no VI Encontro da Sociedade Brasileira de História e Computação. Novembro de 1996.

MARQUES, Ivan da Costa. Ontological politics and latin american local knowledges. In: MEDINA, E.; MARQUES, I.; HOLMES, C. (Org.). **Beyond imported magic:** essays on science, technology and society in latin america. Cambridge: MIT Press, 2014.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac-Naify, 2003.

POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 1993.

POPPER, Karl. **Conjecturas e refutações:** o progresso do conhecimento científico. Brasília: Editora da UNB, 1994.

RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. O conceito de biopoder hoje. **Política e Trabalho**, v. 24, 2006.

SAUTCHUK, Carlos Emanuel. Aprendizagem como gênese: prática, skill e individuação. **Horizontes antropológicos**, v. 21:44, p. 109-139, 2015.

SINGER, Peter. **One world: the ethics of globalisation**. New Haven: Yale University Press, 2002.

SINGER, Peter. **Practical ethics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

VARELA, Francisco J. **Sobre a competência ética**. Lisboa: Edições 70.

Disciplina: Tópicos em Direito Ambiental

Objetivos:

- Compreender a questão ambiental dentro do contexto histórico e social da atualidade (internacional e nacionalmente);
- Entender a necessidade de codificação da legislação para a devida proteção do bem ambiental;
- Conhecer alguns elementos propedêuticos do direito ambiental: natureza jurídica do bem ambiental e princípios do direito ambiental;
- Estudar os aspectos gerais da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA);
- Estudar os aspectos gerais do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

Ementa:

- Meio ambiente na atualidade: contexto mundial
- Meio ambiente na atualidade: contexto nacional
- Visão antropocêntrica, ecocêntrica e biocêntrica
- Importância da codificação da legislação ambiental
- Bem ambiental: conceito, classificação, evolução, função social e natureza jurídica
- Princípios de direito ambiental
- Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA): noções gerais e principais instrumentos
- Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA): principais órgãos e funcionamento

Docente:

Samuel Max Gabbay

Bibliografia:

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Política Nacional do Meio Ambiente**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm>. Acesso em: 25 ago. 2018.

DIAS, Edna Cardozo. **Direito Ambiental no Estado Democrático de Direito**. São Paulo: Editora Fórum, 2013.

MACHADO, Paulo Affonso Lemes. **Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Editora Malheiros, 2017.

MELO, Fabiano. **Direito Ambiental**. São Paulo: Editora Método, 2017.

MILARÉ, Edis. **Direito do Ambiente**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Direito Constitucional Ambiental: Constituição, Direitos Fundamentais e Proteção do Ambiente**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Princípios do Direito Ambiental**. 2. ed. São Paulo: Saraiva Jus, 2017.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

THOMÉ, Romeu. **Manual de Direito Ambiental**. 8. ed. São Paulo: Editora JusPODIVM, 2018.

Disciplina: Educação Ambiental

Objetivos:

- Compreender que um projeto ambiental deve fazer uso da participação coletiva e que por isso depende do envolvimento de diversos membros externos, como representantes do governo, setores produtivos e comunidade.
- Compreender a importância da educação ambiental e da vivência junto a ambientes naturais para estimular a participação dos diversos atores envolvidos em um projeto ambiental.

- Refletir acerca das concepções e metodologias que utilizem a interdisciplinaridade na educação ambiental.
- Desenvolver metodologias para educação formal e não-formal, como o uso de atividades lúdicas, adaptação da linguagem, educação em ambientes formais e não-formais, tecnologias de comunicação e produção de material didático-educativo.

Ementa:

- Representações sociais sobre natureza e crise ambiental.
- Educação ambiental: histórico, concepção, princípios, abordagens, objetivos e finalidades. Metodologias e fundamentos da Educação Ambiental.
- A interdisciplinaridade na educação ambiental.
- A educação ambiental nos espaços formais e não formais
- Desafios, limites e possibilidades para a educação ambiental na contemporaneidade.
- Gestão e políticas públicas voltadas para a educação ambiental.
- Educação ambiental no contexto acadêmico e científico.
- Movimentos sociais e educação ambiental.

Docentes: Andreia Maria da Anunciação Gomes, Pedro Henrique de Almeida Silva e Tauan Nunes Maia.

Bibliografia:

ANJOS, M.B. **Educação Ambiental e Interdisciplinaridade: Reflexões Contemporâneas**. 8. Ed. São Paulo: Libra Três, 2011.

CARVALHO, I.C.M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CASCINO, F. **Educação Ambiental: Princípios, História, Formação de Professores**. 4. ed. São Paulo: Editora Senac, 2007.

CHRISTIE, B. A.; MILLER, K. K.; COOKE, R.; WHITE, J. G. Environmental sustainability in higher education: What do academics think? **Environmental Education Research**, v. 21, n. 5, p. 655-686, 2015.

COSTA, C. A.; LOUREIRO, C. F. B. Contribuições da pedagogia crítica para a pesquisa em Educação ambiental: um debate entre Saviani, Freire e Dussel. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (REVBEA)**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 180-200, 2015.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2010.

GUIMARÃES, M. Por uma Educação Ambiental Crítica na Sociedade Atual. **Revista Margens Interdisciplinar**, Abaetetuba, v. 7, n.9, p. 11-22, 2016.

KOPNINA, H. Future Scenarios and Environmental Education. **The Journal of Environmental Education**, v. 45, n. 4, p. 217-231, 2014.

LIMA, G. F. C. **Educação ambiental no Brasil: formação, identidades e desafios**. Campinas: Papirus, 2011.

LOUREIRO, C. F. B.; TOZONI-REIS, M. F. C. Teoria social crítica e pedagogia histórico crítica: contribuições à educação ambiental. **REMEA**, Rio Grande, número especial, p. 68-82, 2016.

LOUREIRO, C.F.B. *et al.* **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PEDRINI, A.G.; SAITO, C.H. (Org.) **Paradigmas metodológicos em educação ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2014.

PINOTTI, R. **Educação ambiental para o século XXI: no Brasil e no mundo**. 2 ed. São Paulo: Blucher, 2016.

REIGOTA, M. **Meio Ambiente e representação social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental?** 6. reimpr. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 2014.

ROSA, M.A.; CARNIATTO, I.; COELHO, W.A. Educação Ambiental e Políticas Públicas: limites e possibilidades das práticas e da gestão. **Ambiência Guarapuava**, Guarapuava, v. 13, Edição especial, p. 123-141, 2017.

RUSCHEINSKY. A. (org.) **Educação ambiental: abordagens múltiplas**. 2. ed., rev. e ampl. Porto Alegre: Penso, 2012.

SATO, M; CARVALHO, I. (orgs.). **Educação ambiental: pesquisa e desafios**. Dados Eletrônicos, Porto Alegre: Artmed, 2009.

SAUVÉ, L. Viver juntos em nossa Terra: Desafios contemporâneos da educação ambiental. **Revista Contrapontos - Eletrônica**, Itajaí, v. 16, n. 2, p.288-299, 2016.

SILVA, M. A.; SOUZA, A. R. E. Ensino da educação ambiental no cotidiano do espaço escolar. **Revasf**, Petrolina, v.7, n.13, p. 112-116, 2017.

SOARES, C. L. **Uma educação pela natureza: a vida ao ar livre, o corpo e a ordem urbana**. 1. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2016.

STERN, M. J.; POWELL, R. B.; HILL. D. Environmental education program evaluation in the new millennium: what do we measure and what have we learned? **Environmental Education Research**, v. 20, n. 5, p. 581-611, 2014.

TOZONI-REIS, M. F. C.; MAIA, J. S. S. (Org.). **Educação Ambiental a várias mãos: educação escolar, currículo e políticas públicas**. 1. ed. Araraquara: Junqueira & Marins Ltda, 2014.

TOZONI-REIS, M. F. C.. **Pesquisa-ação-participativa em educação ambiental: reflexões teóricas**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2007.

TOZONI-REIS, M. F. **Educação ambiental: natureza, razão e história**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

VARELA-LOSADA, M.; VEGA-MARCOTE, P.; PÉREZ-RODRÍGUEZ, U.; ÁLVAREZ-LIRES, M. Going to action? A literature review on educational proposals in formal Environmental Education. **Environmental Education Research**,v. 22, n. 3, 2015.

Disciplina: Ecologia e Conservação Ambiental

Objetivos:

- Compreender os conceitos, expressões e fenômenos específicos da Ecologia, caracterizando-os, exemplificando-os e conceituando-os.
- Compreender os aspectos relacionados à estrutura e dinâmica de populações, comunidades e ecossistemas.
- Entender as consequências da ação humana sobre as espécies, comunidades e ecossistemas.
- Refletir sobre as abordagens práticas aplicadas ao manejo e conservação de ecossistemas.
- Discutir os problemas ambientais atuais, abordando suas principais causas e consequências.

Ementa:

- Introdução à ecologia
- Ecossistemas: conceitos, estrutura, classificação e dinâmica
- Energia nos ecossistemas: cadeias, teias alimentares e níveis tróficos
- Ciclos biogeoquímicos
- Dinâmica de populações
- Populações em comunidades
- Desenvolvimento do ecossistema: sucessão, seres e clímax
- Diversidade
- Biomas
- Impactos nos ecossistemas
- Biologia da Conservação e Diversidade Biológica
- Conservação de Espécies, Populações e Comunidades
- Conservação do patrimônio genético e conhecimento tradicional

Docentes:

Andreia Maria da Anunciação Gomes

Pedro Henrique de Almeida Silva

Bibliografia:

BRITO, D. Análise de Viabilidade de Populações: Uma Ferramenta para a Conservação de Biodiversidade no Brasil. **Oecologia Brasiliensis**, Rio de Janeiro, v. 13, p. 452-469, 2009.

LAURANCE, W. & VASCONCELOS, H. Consequências Ecológicas da Fragmentação Florestal na Amazônia. **Oecologia Brasiliensis**, Rio de Janeiro, v. 13, p. 434-451, 2009.

SANTOS, M.A. et al. Região Industrial do Médio Paraíba. In: Bergallo, H.G; Fidalgo, E.C.C; Rocha, C.F.D; Uzêda, M. C.; Costa, M.B. Alves, M.A.S; Van Slys, M.; Santos, M.A.; Costa, T.C.C.; Cozzolino, A.C.R. (org). **Estratégias e ações para a conservação da biodiversidade no Estado do Rio de Janeiro**. Instituto Biomas, v. , p. 265-272, 2009.

MAROTTA, H. Os fatores reguladores do metabolismo aquático e sua influência sobre o fluxo de dióxido de carbono entre os lagos e a atmosfera. **Oecologia Brasiliensis**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 177-185, 2006.

ALMEIDA, S.E.; PASA, M. C.; GUARIM, V. L. M. S. Uso da Biodiversidade em Quintais de Comunidades Tradicionais da Baía de Chacorore, Barão De Melgaço, Mato Grosso, Brasil. **Biodiversidade**, v. 13, n. 1, 141-155, 2014.

NEWBOLD, T. et al. Global effects of land use on local terrestrial biodiversity. **Nature**. V. 520, p. 45-50, 2015.

EUGERCIOS SILVA, A.R.; ÁLVAREZ-COBELAS, M.; MONTERO GONZÁLEZ, E. Agricultural nitrogen impacts on aquatic ecosystems. **Ecosistemas**. v. 26, n. 1, p. 37-44, 2017.

MOURATIADOU, I.; BIEWALD, A.; BONDSCH, M.; BAUMSTARK, L.; KLEIN, D.; POPP, A.; LUDERER, G.; KRIEGLER, E. The impact of climate change mitigation on water demand for energy and food: An integrated analysis based on the Shared Socioeconomic Pathways. **Environmental Science & Policy**, v. 64, p. 48-58, 2016.

MOLLES, M. C.; SHER, A. **Ecology: Concepts & Applications**. 8. ed. New York: McGraw-Hill Education, 2018.

BOWMAN, W. D.; HACKER, S. D.; CAIN, M. L. **Ecology**. 4. ed. Oxford University Press, 2017.

RICKLEFS, R.; RELYEIA, R. **Economia da Natureza**. Rio de Janeiro: Guanabara, 2016.

SMITH, T.M.; SMITH, R. L. **Elements of Ecology**. 9. ed. Pearson, 2014.

PELLENS, R; GRANDCOLAS, P. **Biodiversity conservation and Phylogenetic systematic**. Preserving our evolutionary heritage in a extinction crisis. Springer Open, 2016.

ODUM, E. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

ODUM, E; BARRETT, G. W. Fundamentos de Ecologia. Cengage Learning, 2011.

SCHOEREDER, J.H.; RIBAS, C.R.; CAMPOS, R. B. E.; SPERBER, C. **Práticas em Ecologia**: incentivando a aprendizagem ativa. 1. ed. Ribeirão Preto: Holos Editora, 2012.

BEGON, M.; TOWNSEND, C.R; HARPER, J.L. **Ecologia**: De indivíduos a Ecossistemas. Artmed, 2007.

TOWNSEND, C.R; BEGON, M.; HARPER, J. Fundamentos de Ecologia. Artmed, 2006.

PRIMACK, R.B.; RODRIGUES, E. **Biologia da Conservação**. Editora Planta, 2001.

COELHO, R. M. **Fundamentos em Ecologia**. 1. ed. Artmed, 2000.

Paese, A; uezi, A.; LORINI, M.L; CUNHA, A. **Conservação da Biodiversidade com SIG**. Oficina de textos, 2012.

PIRATELLI, A. J.; FRANCISCO, M. R. **Conservação da Biodiversidade**. Dos conceitos às ações. Technical Books Editora, 2013.

BERGALLO, H.G.; FIDALGO, E.C.C.; ROCHA, C.F.D.; UZÊDA, M.C.; COSTA, M.B.; ALVES, M.A.S.; VAN SLUYS, M.; SANTOS, M.A.; COSTA, T.C.C. & COZZOLINO, A.C.R. **Estratégias e Ações para Conservação da Biodiversidade no Estado do Rio de Janeiro**. Instituto Biomas, 2009.

Disciplina: Metodologia de pesquisa científica

Objetivo: Esta disciplina visa apresentar aos estudantes as diversas metodologias de pesquisa científica oferecendo os instrumentos teóricos e práticos (fundamentos, métodos e técnicas) para a formatação e desenvolvimento de projetos de pesquisa visando a produção de conhecimento científico a partir do levantamento, coleta e análise de dados sobre problemas socioambientais que afetam a sociedade contemporânea estimulando a reflexão crítica e o envolvimento com a busca de soluções sustentáveis e ambientalmente responsáveis. Busca-se ainda compreender as especificidades, a função social e ética do trabalho acadêmico e o papel do pesquisador na produção e disseminação do conhecimento científico.

Ementa:

- As diferentes formas de conhecimento: conhecimento empírico, conhecimento teológico, conhecimento filosófico, conhecimento científico,
- A produção do conhecimento científico: ciência e senso comum;
- Fundamentos do trabalho científico; verdade, evidência e certeza.
- Método científico: observação, problema, hipótese, análise e síntese;
- O social como perspectiva de análise de realidades múltiplas e complexas;
- Métodos e técnicas de pesquisa - diferentes abordagens: quantitativa e qualitativa, teórica, de campo, pesquisa ação, pesquisa ação participativa;
- Diferentes instrumentos de coleta, produção e análise dos dados;
- Fontes de informação: acervos bibliográficos e recursos digitais / internet;
- Fontes orais e fontes escritas, arquivos, levantamento bibliográfico, trabalho de campo, observação participante, definição dos interlocutores, entrevistas livre e estruturada, depoimentos e grupos focais, territórios e cartografia social;
- Pesquisa de laboratório: o experimento, os indicadores, o registro e a tabulação dos dados;
- O uso dos recursos fotográficos e audiovisuais na pesquisa de campo;
- Organização, indexação e tratamento do material de campo;
- Ética na pesquisa e produção de conhecimento;
- Estágios de um projeto de pesquisa: identificação do problema; formulação da hipótese; planejamento; desenvolvimento; análise e interpretação dos resultados; difusão dos resultados;
- A comunicação científica - elaboração de resumos e resenhas;
- A organização do texto científico: normas para elaboração de trabalhos acadêmicos; (ABNT e diretrizes do programa);
- Divulgação e difusão do conhecimento científico.

Docentes: Andrea Rizzoto Falcão, Leandro da Silva Guimarães e Tauan Nunes Maia

Bibliografia:

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Informação e documentação:** referências - elaboração [NBR 6023]. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. 24 p.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**. Uberlândia. v. 6. n. 1, p.51-62, 2007

BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. **Pesquisa participante: o saber da partilha**. 2. ed. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2008.

DESPRET, V. Os dispositivos experimentais. **Fractal: Rev. Psicol.** v..23, n.1, p.43-58, 2011

ECO, U. **Como se Faz uma Tese**. 14^a ed. São Paulo: Perspectiva S.A. 1996.

IFRJ. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos dos cursos de pós-graduação:** trabalho de conclusão de curso, dissertação e tese. Rio de Janeiro: IFRJ IFRJ – Reitoria, 2011.

KÖCHE, V. S.. (Org.). **Leitura e produção textual:** gêneros textuais do argumentar e expor. Petrópolis: Ed. Vozes, 2010.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**, São Paulo: Perspectiva, 2006.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos:** Ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro Editora 34, 1994.

LATOUR, B. **Esperança de pandora**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

LATOUR, B. **Reagregando o social**. Bauru, SP: EDUSC/ Salvador, BA: EDUFBA, 2012.

LAW, J. ; RUPPERT, E. **Modes of knowing**. Manchester: Mathering Press, 2016.

LAW, J.; URRY, J. 'Enacting the Social'. **Economy and Society**, v. 33, n.3, p. 390-410, 2005.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do Trabalho científico**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 8 ed. São Paulo: Atlas; 2017.

MÁTTAR NETO, J. A. **Metodologia científica na era da informática**. São Paulo:

Saraiva 2007.

MAY, T. **Pesquisa Social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MINAYO, M. C. S.. Ethical Commitment in Anthropological Research. **Current Anthropology**, v. 56, n.1, p. 631-632, 2015.

MINAYO, M. C. S.; DELANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 32. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012. v. 1. 110 p.

MINAYO, M. C. S. Scientific disputes that spill over into Research Ethics: interview with Maria Cecília de Souza Minayo. **Ciência & Saúde Coletiva (Online)**, v. 20, n.1, p. 2693-2696, 2015.

MORAES, M. Pesquisar: verbo ou substantivo? Narrativas de ver e não ver. **Pesquisas e Práticas Psicossociais** v. 6, n.2, 174-181, 2011.

OCHA, M.; AGUIAR, K. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia Ciência e Profissão**. v..23, n.4, p. 64-73, 2003.

POPPER, K. **Conjecturas e Refutações**. Brasília: Editora da UnB. 1980

POPPER, K.. **A Lógica da Pesquisa Científica**. Rio de Janeiro: Editora Cultrix.

SEVERINO, A. J. Dimensão ética da investigação científica. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 199-208, 2014.

VIEIRA, Sonia. **Introdução a bioestatística**. Rio de Janeiro: Elsevier, 5. ed 2015.

Disciplina: Gestão de Projetos

Objetivo: Compreender a gestão de projetos como metodologia e ferramenta de trabalho eficaz para a resolução de problemas não recorrentes e para o controle nas diversas áreas e etapas do gerenciamento de projetos.

Ementa:

Introdução ao estudo de projeto: definindo projetos, ciclos de vida do projeto, características de projetos. Elaboração de projetos: escopo, diagnóstico circunstanciado (análise SWOT, benchmark, pesquisa e levantamento de dados, análise de conjuntura), plano de ação, plano de monitoramento, definição de duração das atividades, definição das precedências das atividades, cronograma, gráfico de Gantt, método do Caminho Crítico, definição de indicadores de desempenho. Administração de projetos: organização e equipe de projetos, complexidade de projetos, miniprojetos, alocação de recursos, estratégias de comunicação, monitoramento de impactos e resultados. Riscos em projetos: classificação

de riscos, fontes de risco, compras e contratos, identificação de riscos, monitoramento de projetos (execução físico-financeira, impacto social, cultural, ambiental, comunicacional e de imagem), análise de viabilidade e de sustentabilidade, indicadores e avaliação. Fontes de financiamento e captação de recursos.

Docentes:

Andrea Rizzoto Falcão

Raphaela Reis Conceição Castro Silva

Bibliografia:

ATKINSON, R. Project management: cost, time and quality, two best guesses and a phenomenon, it is time to accept other success criteria. **International Journal of Project Management**, v. 17, n. 6, 1999.

CARVALHO, M. M. et al. Gestão de Portfólio de Projetos: contribuições e tendências da literatura. **Revista Gestão & Produção**, São Carlos, v. 20, n. 2, p. 433-454, 2013.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. 11^a. edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

DA SILVA, Edson Coutinho; GIL, Antonio Carlos. Inovação e gestão de projetos: os "fins" justificam os "meios". **Revista de Gestão e Projetos**, v. 4, n. 1, p. 138, 2013.

EISENHARDT, K. M.; TABRIZI, B. N. Accelerating adaptive processes: product innovation in the global computer industry. **Administrative Science Quarterly**, v. 40, p. 84-110, 1995.

MAIA, Guilherme Aparecido da Silva. **Gerenciamento ambiental do projeto**. UNIDERP, Anhanguera 2012. 13 p.

PINHEIRO, A. A. et al. Metodologia para gerenciar projetos de pesquisa e desenvolvimento com foco em produtos: uma proposta. **Revista de Administração Pública - RAP**, Rio de Janeiro, v. 40, n.03, p. 457-478, maio/jun. 2006.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE, INC. (PMI®). **Um Guia do Conjunto de Conhecimentos em Gerenciamento de Projetos** (Guia PMBOK®). 5^a edição. Project Management Institute, Inc. Newtown Square, Pensilvânia, EUA, 2008.

RIDGWAY, Bronwyn. The Project Cycle and the role of EIA and EMS. **Journal of Environmental Assessment Policy and Management**. Vol. 1, n° 4, December, 1999, pp. 393-405.

ROCHA NETO, C. F. da et al. Influências culturais na adoção da gestão de projetos: um estudo qualitativo em empresas de consultoria e desenvolvimento em TI. **Revista de**

Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação, v. 6, n. 2, p. 143-172, 2009.

ROMEIRO, Ademar R. **Avaliação e contabilização de impactos ambientais**. São Paulo: Imprensa oficial do estado, 2004.

VARGAS, Ricardo Viana. **Gerenciamento de Projetos** – 7ª Ed. São Paulo: Brasport, 2009. 48 p.

ZAMBOIN, Maurício Eugênio. A avaliação como instrumento de gestão em projetos de responsabilidade social empresarial. **Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades**, v. 5, p. 379, 2002.

Disciplina: Ferramentas para Gestão Participativa

Objetivo: Capacitar os estudantes para a condução de processos participativos em projetos ambientais.

Ementa: Conceitos de participação. Estratégias de gestão que promovem a participação. Ferramentas de facilitação de processos participativos: coordenação de grupos, reuniões e oficinas. Espaços públicos de participação: conferências, conselhos e fóruns.

Docentes: Etiane Araldi.

Bibliografia:

AKÉ CANUL, Didier Francisco et al. Experiencias del diagnóstico comunitario participativo en Dzityá, Yucatán, México. Rev. Enferm. Herediana, v.8, n.1, p.34-40, 2015.

ARNSTEIN, Sherry R. Uma escada da participação cidadã. **Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação**, v.2, n.2, p. 4-13, 2002.

BAREMBLITT, G. **Compêndio de análise institucional**. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari, 2002.

BLATRIX, Cécile et al. **Research on Public Participation in Environmental Decision-Making: Approaches, Contexts, Stakes and Perspectives Across Borders**. Oxford: CDE, 2011.

CUNHA, Eleonora Schettini M.; THEODORO, Hildelano Delanusse (Orgs.). **Desenho institucional, democracia e participação: Conexões teóricas e possibilidades analíticas**. Editora D'Plácido, 2015.

DICK, Edilaine et al. (Orgs.). **Gestão participativa em Unidades de Conservação: uma**

experiência na Mata Atlântica. Rio do Sul: APREMAVI, 2012.

FONSECA, Igor Ferraz da; BURSZTYN, Marcel; MOURA, Adriana Maria Magalhães de. Conhecimentos técnicos, políticas públicas e participação: o caso do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). **Rev. Sociologia Política**, v.20, n.42, p.183-198, 2012.

IDAM. **Metodologia participativa de extensão rural.** Manaus: IDAM, 2014.

JACOBI, Pedro Roberto. Espaços públicos e práticas participativas na gestão do meio ambiente no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.18, n.1/2, p.137-154, 2003.

JUNIOR, Rubens Vinha; BRANCO, Renato Henrique Ferreira. **Gestão Colaborativa de Projetos.** Saraiva, 2017.

LEADEM, Daniel Avendaño; SÁNCHEZ, Daniela García. Gestión ambiental participativa: la experiencia de la Universidad Nacional de Costa Rica. **Biocenosis**, v.25(1-2), 2011.

MONIZ, Marcela de Abreu et al. Diagnóstico participativo socioambiental e de riscos à saúde das comunidades do entorno do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, Brasil. **Ciência e saúde coletiva**, v.22, n.11, p.3793-3806, 2017.

NUNES, Marcela Riccomi et al. A atuação de conselhos do meio ambiente na gestão ambiental local. **Saúde e Sociedade**, v.21, n.3, p.48-60, 2012.

SETTI, Andréia Faraoni Freitas; BÓGUS, Cláudia Maria. Participação comunitária em um programa de intervenção em área de proteção ambiental. **Saúde e Sociedade**, v.19, n.4, p.946-960, 2010.

TEIXEIRA, Júlio Monteiro. **Gestão Visual de Projetos:** Utilizando a informação para inovar. Alta Books, 2018.

VILLADIEGO LORDUY, Jorge et al. Valoración ambiental para la generación de un modelo participativo de educación no formal. **Rev. Luna Azul**, v.41, p.165-183, 2015.

ZIMMERMAN, David; OSORIO, Luiz C. **Como trabalhamos com grupos.** Porto Alegre: Artmed, 1997.

ZULUAGA M., Clara; CARMONA M., Sergio Iván. La calidad de la participación ambiental en la planificación del ordenamiento territorial en Medellín. **Gestión y Ambiente**, v.8, n.1, p.47-66, 2005.

Disciplina: Economia Solidária e Agroecologia

Objetivo: Compreender o campo da economia solidária e da agroecologia por meio do seu processo histórico, teórico e empírico, nas suas interrelações com o território, as tecnologias sociais, produção de conhecimentos, mercados, geração de trabalho e renda, movimentos sociais, gênero, raça e as políticas públicas.

Ementa: Introdução à questão agrária no Brasil. Economia Solidária: histórico, princípios, tipos de iniciativas e atores. Autogestão: definição, desafios e práticas. Tecnologias sociais. Redes sociais. Cartografia social. Agroecologia: histórico, princípios e práticas. Agricultura urbana. Segurança e soberania alimentar. Gestão da geração de trabalho e renda nas iniciativas coletivas e sustentáveis.

Docentes: Ligia Scarpa Bensadon e Leandro da Silva Guimarães

Bibliografia:

ACSELRAD, Henri (org). **Cartografia social e dinâmicas territoriais:** marcos para o debate. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010.

ADDOR, Felipe; HENRIQUES, Flávio Chedid. **Tecnologia, Participação e Território: Reflexões a partir da prática extensionista.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. A evolução do espaço agrário fluminense. **GEOgraphia** (UFF), Niterói, v. 13, p. 49-70, 2005.

ALMEIDA, Luciano; NIEDERLE, A. Paulo; VEZZANI, M. Fabiane (orgs). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura.** Curitiba: Kairós, 2013.

ALVES, Luis Paulo; COSTA, Ricardo; FONSECA, Maiara; HEIMERDINGER, D.; SOARES, Sérgio E. **Economia dos setores populares:** pensamentos, ferramentas e questões. Porto Alegre: Catarse, 2009.

BATISTA, Eraldo; NOVAES, Henrique; RODRIGUES, Fabiana. **Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital.** São Paulo: Outras Expressões, 2013.

BRINGEL, Breno; ECHART, Enara. Imaginarios sobre el desarrollo en América Latina: entre la emancipación y la adaptación al capitalismo. **Revista Española de Desarrollo y**

Cooperación, v. 39, p. 9-24, 2017.

DUBEUX, Ana; BATISTA, Marcela. Agroecologia e Economia Solidária: um diálogo necessário à consolidação do direito à soberania e segurança alimentar e nutricional.

Redes (Santa Cruz do Sul. Online), v. 22, p. 227-249, 2017.

GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

GONÇALVES, R. Juliana; MASCARENHAS, S. Thais. **Consumo responsável em ação**: tecendo relações solidárias entre o campo e a cidade. São Paulo: Instituto Kairós, 2017.

FERNANDES, M. Bernardo. **Questão Agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial. São Paulo: UNESP, 2004.

NANCY, Fraser. **Recognition without Ethics?** Theory, Culture & Society, v. 18, p. 21-42, 2001.

NEVES, Delma; MEDEIROS, Leonilde (Orgs). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.

NESOL, Núcleo de Economia Solidária. **Banco Palmas 15 anos**: resistindo e inovando.

NESOL & Banco Palmas. São Paulo: A9 Editora, 2013.

NOVAES, T. Henrique. **O retorno do caracol à sua concha**: alienação e desalienação em associações de trabalhadores. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Conflitos sociais no meio rural no Brasil contemporâneo. **Revista del observatorio social da America Latina/ OSAL**. Ano 1 n°2/ setembro, p. 37-44, 2000.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Movimentos sociais como campo de pesquisa nas ciências humanas. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 4, p. 7-31, 2012.

PEREIRA, J. M. M.; ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. Terra, poder e lutas sociais no campo brasileiro: do golpe à apoteose do agronegócio (1964-2014). **Tempos Históricos** (EDUNIOESTE), v. 18, p. 73-111, 2014.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Geografia da riqueza, fome e meio ambiente**: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. **INTERthesis** (Florianópolis), v. 1, n.1, 2004.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter ; ARGUETA, A. ; BOEGE, E. ; LEFF, E. . **Más allá del desarrollo sostenible** - la construcción de una racionalidad ambiental para la

sustentabilidade: una visión desde América Latina. Medio Ambiente y Urbanización , Buenos Aires, v. 59, p. 65-108, 2003.

SANTOS, S. Boaventura (org). **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado**. São Paulo: Cortez, 2004.

SCHMITT, Claudia Job. A transformação das 'ideias agroecológicas' em instrumentos de políticas públicas: dinâmicas de contestação e institucionalização de novas ideias nas políticas públicas para a agricultura familiar. **Revista Política e Sociedade**, v. 15, p. 16-48, 2016.

SCHMITT, Claudia Job. Economia Solidária e Agroecologia: convergências e desafios na construção de modos de vida sustentáveis. **Mercado de Trabalho** (Rio de Janeiro. 1996), v. 42, p. 55-64, 2010.

SCOTT, James. Everyday Forms Of Resistance. **Copenhagen Papers**, v. 4, 1989.

UNITRABALHO. **Economia solidária e políticas públicas**. Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo, v. 1, n. 1, 2016.

Disciplina: Gestão Ambiental

Objetivos:

- Compreender os conceitos e situações práticas inerentes à gestão ambiental, com foco na realidade brasileira;
- Entender o paradigma da relação do meio ambiente com o processo de produção e consumo na sociedade;
- Identificar problemas, oportunidades e soluções no âmbito da gestão ambiental das organizações de modo a promover um desenvolvimento sustentável em suas áreas de atuação;
- Conhecer as ferramentas de gestão aplicadas às questões ambientais, de forma a possibilitar uma adequação dos projetos a serem desenvolvidos às necessidades das organizações.

Ementa:

- Normas ambientais da série ISO 14.000
- Certificação de produtos (selos verdes)

- Sistema de Gestão Ambiental
- Auditoria Ambiental
- Análise de ciclo de vida
- Avaliação de Impacto Ambiental
- Estudo de Impacto Ambiental (EIA)
- Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)
- Projeto de Monitoramento Ambiental
- Plano de Manejo

Docentes:

Andreia Maria da Anunciação Gomes

Pedro Henrique de Almeida Silva

Bibliografia:

AGUIAR, A. O.; BARTHOLOMEU FILHO, J. Análise da influência dos conflitos organizacionais na eficácia do sistema de gestão ambiental. **Espacios**, v. 37, n. 4, 2016.

ANDRADE, R. O. B.; TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental: enfoque estratégico** aplicado ao desenvolvimento sustentável. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2002.

ASSUPÇÃO NEVES, D. A.; TARTUCE, F. **Manual de Direito do Consumidor**. Editora Método, 2017.

BARBIERI, J.C. **Desenvolvimento e meio ambiente**. As estratégias de mudanças da Agenda 21 . São Paulo: Editora Vozes, 2001.

BARBIERI, J.C. **Gestão Ambiental Empresarial**. Conceitos, Modelos e Instrumentos. São Paulo: Saraiva, 2004.

BOTH, F.; FISCHER, A. Gestão e Contabilidade Ambiental. **Unoesc & Ciência - ACSA** Joaçaba, v. 8, n. 1, p. 49-57, 2017.

CÉSAR, P. S. M.; CARNEIRO, R. A Gestão Ambiental em Minas Gerais: Uma Análise do Sistema de Gestão Ambiental E do Rompimento da Barragem de Rejeitos em Mariana. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 2, n. 2, 2017.

CHEHEBE, J.R.B. **Análise do Ciclo de Vida de Produtos**. Ferramenta Gerencial da ISO14.000. São Paulo: Editora Qualitymark. CNI, 1997.

CURI, D. **Gestão Ambiental**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2011.

D'AVIGNON, A. **Normas Ambientais ISO 14.000: como podem influenciar sua**

empresa. Rio de Janeiro: Confederação Nacional da Indústria, 1985.

DIAS, R. **Gestão Ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2011.

FEARNSIDE, P.M. Brazil's São Luiz do Tapajós dam: The art of cosmetic Environmental Impact Assessments. **Water Alternatives**, v. 8, n. 3, p. 373-396, 2015.

GOMES, L. P.; KOHL, C. A.; SOUZA, C. L. L.; REMPEL, N.; MIRANDA, L. A. S.; MORAES, C. A. M. Avaliação ambiental de aterros sanitários de resíduos sólidos urbanos precedidos ou não por unidades de compostagem. **Engenharia Sanitária Ambiental**, v. 20, n.3, p. 449-462, 2015.

HOSENUZZAMAN, M.; RAHIM, N.A.; SELVARAJ, J.; HASANUZZAMAN, M.; MALEK, A.B.M.A.; NAHAR, A. Global prospects, progress, policies, and environmental impact of solar photovoltaic power generation. **Renewable and Sustainable Energy Reviews**, v. 41, p. 284-297, 2015.

KAREIVA, P. M., MCNALLY, B. W., MCCORMICK, S.; MILLER, T.; RUCKELSHAUS, M. Improving global environmental management with standard corporate reporting. **PNAS**, v. 112, n. 24, p. 7375–7382, 2015.

LA ROVERE, E. L. et al. **Manual de Auditoria Ambiental**. São Paulo: Editora Qualitymark, 2002.

MACHADO, P. A. L. **Direito Ambiental Brasileiro**. Editora Malheiros. 2017.

MARTINS, M. R. S.; DA SILVA, J. G. F. O Sistema de Gestão Ambiental Baseado na ISO 14000: Importância do Instrumento no Caminho da Sustentabilidade Ambiental. **REGET**, v. 18, 2014.

MELO, F. **Direito Ambiental**. Editora Método. 2017.

MILARÉ, É. **Direito do Ambiente**. Editora Revista dos Tribunais, 2015.

REIS, L.F.S.S.D.; QUEIROZ, S.M.P. **Gestão Ambiental em Pequenas e Médias Empresas**. São Paulo: Editora Qualitymark, 2002.

REIS, M.J.L. ISO 14.000: **Gerenciamento Ambiental** - Um Novo desafio para sua competitividade. São Paulo: Editora Qualitymarck, 1996.

SEIFFERT, M.; BERNARDINI, E. **Gestão Ambiental** – Instrumentos, Esferas de Ação e Educação Ambiental. 3. ed. Atlas, 2014.

TAKESHY, Tachizawa. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focados na realidade brasileira**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

Disciplina: Elaboração de Projeto de Pesquisa
Objetivo: Desenvolver um TCC sob a orientação de um professor vinculado ao programa de pós-graduação em Gestão de Projetos Ambientais.
Ementa: Essa disciplina é direcionada para orientação do aluno na produção de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). As aulas serão em formatos de seminários apresentados pelos alunos sobre a revisão da literatura do tema do trabalho escolhidos. Após a construção do TCC, o aluno o apresentará publicamente perante uma banca examinadora.
Docentes: Andreia Maria da Anunciação Gomes Raphaela Reis Conceição Castro Silva
Bibliografia: OBS.: Bibliografia a ser definida com o professor orientador do TCC.

Disciplina: Trabalho de conclusão de curso (TCC)
Objetivo: Desenvolver um TCC sob a orientação de um professor vinculado ao programa de pós-graduação em Gestão de Projetos Ambientais.
Ementa: Esta disciplina é para acompanhamento do aluno na construção do TCC que será defendido publicamente perante uma banca ao final do referido semestre.
Docentes: Andreia Maria da Anunciação Gomes Raphaela Reis Conceição Castro Silva
Bibliografia: OBS.: Bibliografia a ser definida com o professor orientador do TCC.

10. BIBLIOGRAFIA

BRAGA, Benedito et. el. **Introdução à Engenharia Ambiental: o desafio do desenvolvimento sustentável**. e. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Fontes de financiamento para educação ambiental. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente/Itaipu Binacional/ Conselho dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, 2017.

CAMARGO, Aspásia; CAPOBIANCO, João; OLIVEIRA, José. Os desafios da sustentabilidade no período pós-Rio-92: uma avaliação da situação brasileira. In: CAMARGO, Aspásia; CAPOBIANCO, João; OLIVEIRA, José. (orgs.). **Meio Ambiente Brasil - avanços e obstáculos pós-Rio 92**. e. ed. São Paulo: Estação Liberdade/Instituto Socioambiental-Rio de Janeiro: Fundação getúlio Vargas, 2004.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) cidades. Informações completas sobre o município de Niterói, dados de 2016. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=330330&search=rio-de-janeiro|niteroi>>. Acesso em: 01/11/2018.

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) Microdados e notícias para download, dados de 2014 e 2015. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-acessar>>. Acesso em: 22/06/2016.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e Colapso ambiental**. 2. ed. revista e ampliada. Campinas: Editora Unicamp, 2016.

PERES, Waldir et al. As normas da série ISO 14.000: contexto histórico e análise crítica. In: Congresso Nacional de Excelência em Gestão: Energia, Inovação, Tecnologia e Complexidade para Gestão Sustentável, 06, 2010, Niterói (RJ). **Anais**. Niterói: 2010, pp. 01-11. Disponível em: http://www.inovarse.org/sites/default/files/T10_0240_1073.pdf>. Acesso em: 29/06/2018.

Projeto de Implantação do *Campus* NITERÓI. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal do Rio de Janeiro, Diretoria de Desenvolvimento Institucional e Expansão. Rio de Janeiro, 2017.

SEBRAE-RJ (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). Painel regional: Leste Fluminense / Observatório Sebrae/RJ. -- Rio de Janeiro: SEBRAE/RJ, 2015. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Anexos/Sebrae_INFREG_2014_LesteFlu.pdf>. Acesso em: 22/06/2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, RECURSOS HÍDRICOS E SUSTENTABILIDADE de NITERÓI. Estratégias para uso e ocupação do solo na região de Pendotiba. vol. 2 – Diagnóstico Ambiental. Niterói (RJ), Jan. 2015.

TCE-RJ (Tribunal de Contas do Estado). Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro, Niterói. 2015. Disponível em: <http://www.tce.rj.gov.br/web/guest/estudos-socioeconomicos1;jsessionid=153174C60CDB944092CCA240BE46EFBB.tcerj90?p_auth=CDtH93jF&p_p_id=estudosocioeconomicomunicipios_WAR_tcerjstudiosocioeconomicomunicipiosportlet&p_p_lifecycle=1&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-1&p_p_col_count=2&_estudosocioeconomicomunicipios_WAR_tcerjstudiosocioeconomicomunicipiosportlet_doSearch=doSearch&_estudosocioeconomicomunicipios_WAR_tcerjstudiosocioeconomicomunicipiosportlet_javax.portlet.action=doSearch>. Acesso em: 22/06/2016.

ANEXOS

ANEXO 1

Formulário de avaliação do docente no curso de Pós-Graduação em Gestão de Projetos Ambientais

FICHA DE AVALIAÇÃO DISCIPLINA/DOCENTE

Prezado(a) aluno(a)!

Solicitamos sua contribuição para a avaliação e melhoria do nosso curso de especialização, respondendo aos questionamentos a seguir de forma sincera e criteriosa. Marque com um (X) a resposta que melhor se ajuste à sua opinião.

Desde já, agradecemos sua participação!

Nome do Professor : _____

Disciplina: _____ Ano: _____ Semestre: _____

Escala Avaliação: 1 - Insuficiente 2- Ruim 3 - regular 4- Bom 5 - Ótimo	1	2	3	4	5
Proporção entre conceitos, exemplos práticos e exercícios					
Programa da disciplina e bibliografia					
Profundidade e desenvolvimento dos temas em relação aos objetivos					
Ritmo da exposição do conteúdo da disciplina					
Qualidade dos recursos didáticos					
Método de avaliação utilizado					
Quantidade de informações novas					
Contribuição para uma formação de pensamento crítico reflexivo					
A carga horária de trabalhos/estudos exigida em relação ao conteúdo					
A carga horária de trabalhos/estudos exigida em relação ao tempo disponível					
Conhecimento demonstrado pelo professor sobre o assunto					
Preparação das aulas (clareza e objetividade na exposição dos conteúdos)					
Apostila/lições/material disponibilizado					
Comunicação com os alunos/a turma					
Pontualidade e assiduidade					
Incentivo ao aluno à pesquisa					
Relacionamento com os alunos/a turma					
Aplicação de novos conhecimentos					

SUGESTÕES:

Quais comentários adicionais, sugestões, pontos fortes ou fracos que gostaria de destacar em relação a esta disciplina ou deste(a) professor(a)?
